

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

ANA CARLA WERNEQUE RIBAS

**CAPITALISMO DEPENDENTE E UNIVERSIDADE: crítica à decadência ideológica
na América Latina e a atualidade do movimento de Córdoba**

Florianópolis
2014

ANA CARLA WERNEQUE RIBAS

**CAPITALISMO DEPENDENTE E UNIVERSIDADE: crítica à decadência ideológica
na América Latina e a atualidade do movimento de Córdoba**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito de avaliação do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

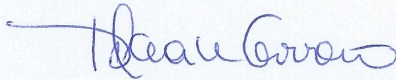
Professora orientadora: Me. Dilceane Carraro
Professora co-orientadora: Me. Mirella Rocha

Florianópolis
2014

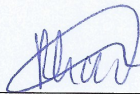
ANA CARLA WERNEQUE RIBAS

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, de acordo com as normas do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

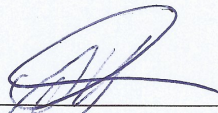
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Me. Dilceane Carraro
Departamento de Serviço Social — UFSC
Presidente



Prof. Dr. Ricardo Lara
Departamento de Serviço Social — UFSC
1ª Examinador



Prof. Me. Allan Kenji Seki
Departamento de Metodologia de Ensino — UFSC
2ª Examinador

Dedico este trabalho à minha amada amiga Karolyne Moreira (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Nesta intensa jornada acadêmica, agradeço a todos por tudo, pelo que sou e o que me tornei as inspirações e as utopias, os sonhos e a luta; é chegado o momento de restaurar lembranças.

Agradeço à minha Mãe Janete de Oliveira, um exemplo de mulher e de lutadora.

Às minhas irmãs e irmãos que foram indispensáveis nesta caminhada, especialmente à Ana Claudia, minha outra metade neste mundo como disse Lispector, você é indescritível!

À minha encantadora Vó Ovídia dos Santos Oliveira.

Aos meus cunhados Vicente e Rogério, obrigado por estarem sempre ao meu lado, principalmente nos momentos que mais precisei.

À Universidade Federal de Santa Catarina, espaço qual vivi uma combinação de paixão e rebeldia. Agradeço a todos os momentos vivenciados neste território, particularmente para além da sala de aula. Manifestações. Movimento Estudantil. Eleições do CALISS e DCE. Almoços e jantas no R.U. Bolsas. Feirinha de Quarta-Feira. As intermináveis Reuniões. Ocupações de Reitoria. Hora Feliz. Semanas Acadêmicas. Debates. Estágio. ERESS. ENESS e as demais atividades desenvolvidas em nome da ENESSO.

Aos camaradas que militaram no Centro Acadêmico Livre de Serviço Social (CALISS) e que estiveram ao meu lado desde 2011 Giovanni Simon, Davi Perez, Daniella Scheidt, Aline Justino, Mariana De Carli e Paula Flores.

Às Marias Ingrid Oliveira, Bruna Veiga e Bruna Peixer. Crescemos e amadurecemos juntas na militância, obrigado pela sensibilidade e apoio de vocês!

Às minhas amadas amigas Adriana Perrone, Catiani Cardoso, Débora Mayer, Juliana Fritzen, Tassiane Antunes, Priscila Moro, Lisiane Baldez, Ieda Ialamov, Marina Feltrin, Lenir Konzen e Vanusa Floriani. Compartilhamos sonhos, angústias, desesperos, alegrias, amores. Sem vocês os meus dias não teriam sentido.

Às minhas amigas que mesmo na distância estiveram comigo Hallana Duarte, Pâmela Fagundes, Fernanda Kondo, Daniele Dalla, Máisa Oliveira, Andressa Duarte, Juliana Hipólito, Suelen Pereira, Viviane Lúcia e Zeni Aparecida.

À Fernanda Rech, Marilei Osinski, Franciele Rosa e aos companheiros do Conselho da Moradia Estudantil da UFSC. Travamos algumas trincheiras juntos, aprendi com vocês o que de mais lindo a luta pode nos ensinar.

À Allana Carioca, a sua doçura nortista me encanta, obrigado pelos cafés e conversas!

À Sybila Senna Esteves por ser linda do pé até a alma, obrigada por ser uma pessoa admirável, da melhor maneira que alguém pode ser.

Ao Pedro Enrique Cáceres por estar sempre pacientemente disposto a me ouvir, sua amizade foi um presente generoso da vida!

À equipe do Projeto de Extensão “Formação de Jovens: um caminho mitãrusu mbo epy: petêi tape II” Hilda Alonso, Cristiano Mariotto, Marjori Machado, Tamires Vígolo.

À família que conquistei em Floripa à Salete Valer, Anaya Yemisi dos Santos, Maria do Carmo Santos, Dandara Santos e Eduardo Martins. Não Tenho como expressar tamanha gratidão a todo tipo de ajuda com a qual pude contar para chegar até aqui.

À equipe do Polo de Extensão Popular Jonathan Jaumont, Renata Versani e demais companheiros. Obrigado pela experiência de construção coletiva do conhecimento.

Às estagiárias Karen Ceconello e Caroline Souza que compartilharam momentos dolorosos no processo de formação profissional. Foram dias dedicados à leitura/escrita e a intermináveis relatórios. Obrigado pela amizade sincera, pela cumplicidade, pelos abraços!

Ao Gustavo, todos os anos de análises ou convencionalmente chamadas “terapias” foram extremamente marcantes em minha vida, obrigado por contribuir neste processo de mudança.

À docente do Departamento de Serviço Social da UFSC Beatriz Augusto de Paiva, o seu brilhantismo irradiava em suas aulas!

À Kathuiça Bertollo pelas incríveis e entusiasmadas aulas na disciplina de “Planejamento Social em Serviço Social”.

À docente Daniele Cima pela imensurável delicadeza, me fez compreender a prática pedagógica como prática política, obrigado por me surpreender em cada supervisão de estágio!

Ao Instituto de Estudos Latino-Americanos, espaço de descoberta e de dedicação a nossa Pátria Grande.

À ocupação urbana “Contestado” pelo profundo aprendizado sobre a organização popular.

À turma da disciplina “Educação Popular” por me fazer acreditar que outra Universidade é possível!

À Co-Orientadora e à Orientadora deste Trabalho Mirella Rocha e Dilceane Carraro. Amores tão simples e delicados. Amores tão vivos e fortes! Descobrir as veias abertas da América Latina foi um momento repleto de beleza, amarguras e solidão. Obrigado por

acreditarem em mim, obrigado pelo reencontro, obrigado por contribuírem na renovação dos meus sonhos! Como ensina a poesia de Cabral de Melo Neto o mundo não é uma folha de papel, receptiva: o mundo tem alma autônoma e vocês de alma inquieta e explosiva me deram um mundo claro algum dia!

Junto do Prof. Ricardo Lara, à Allan Kenji por terem aceitado o convite para participar da avaliação do trabalho na banca de defesa, dando-me a honra de suas valorosas contribuições.

Viver sob o signo da revolução
é a maneira mais rica de ser brasileiro
na presente época do meu país.
Confesso que, por temperamento, sou comodista.
A tensão revolucionária contraria os meus humores,
Minhas idiosincrasias glandulares.
Como Salvador Dali, gostaria de viver em época
em que não houvesse reivindicações a fazer,
onde as coisas e as pessoas estivesse nos devidos lugares.
Nasci, porém, num país e numa época,
em que a revolução é a única maneira de conferir dignidade à
existência.
A maior humilhação que pode sofrer um intelectual
Consiste em se surpreender abaixo das virtualidades de seu tempo
e de suas circunstâncias.

(Prefácio, *A crise do Poder no Brasil* de Alberto Guerreiro Ramos)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso propõe-se analisar a partir de um estudo teórico bibliográfico a configuração ídeo-teórica e cultural das sociedades latino americanas, com ênfase na problematização do papel da Universidade na reprodução do paradigma cultural e sua particularidade nas sociedades periféricas. Buscamos assim, empreender uma análise do debate da produção sociológica nos países latino-americanos e especificamente no Brasil, com a finalidade de evidenciar a construção de seu paradigma ídeo-teórico e cultural caracterizando a decadência ideológica na América Latina. Nesse percurso concluímos que a Universidade não está estagnada na forma tradicional que se cristalizou em seu surgimento, pelo contrário encontra-se em constante movimento, desse modo consideramos como a principal força renovadora da Universidade latino-americana - o movimento de reforma universitária em Córdoba na Argentina, por isso reivindicamos nesse trabalho a atualidade de seu legado, propondo a atualizar o debate por meio da descrição de duas tendências da Universidade Brasileira Contemporânea. O fio condutor da análise decorre da *latinoamericanização* do debate, considerando que é imperativo retomarmos uma razão que nos explique a partir da crítica ao capitalismo desde sua particularidade em nossa própria realidade. O referencial-teórico-metodológico deriva, essencialmente, da perspectiva dialética-materialista, em uma dimensão, alinhada com o pensamento das ciências sociais latino-americanas.

Palavras- chave: Universidade. Capitalismo Dependente. América Latina.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A CONFIGURAÇÃO ÍDEO-TEÓRICA E CULTURAL DAS SOCIEDADES DEPENDENTES.....	17
1.1 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: Debate Teórico da Década de 1960 e 1970.....	17
1.2 Teoria Marxista da Dependência: Via Crítica de Interpretação do Capitalismo Sui Generis Latino-americano.....	24
2 DECADÊNCIA IDEOLÓGICA, CAPITALISMO DEPENDENTE E UNIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA	32
2.1 Desenvolvimento capitalista e Educação: A educação requerida pelo Capital e a decadência ideológica.....	32
2.2 Universidade e Capitalismo dependente: Particularidade da decadência ideológica na América Latina	39
3 QUE REFORMA UNIVERSITÁRIA PARA QUAL PROJETO DE SOCIEDADE?..	49
3.1 Reforma Universitária de Córdoba X Legado da Ditadura Militar	49
3.2 Atualidade do Legado de Córdoba.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	66
ANEXO.....	70
Anexo A: Argentina, 1918 “La Juventude Argentina de Córdoba a los Hombres Libres de Sudamérica”	70

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso propõe-se analisar a partir de um estudo teórico bibliográfico a configuração ídeo-teórica e cultural das sociedades latino americanas, com ênfase na problematização do papel da Universidade na reprodução do paradigma cultural e sua particularidade nas sociedades periféricas.

Sendo assim, a organização metodológica desse trabalho parte de um esforço crítico dialético, tendo como fio condutor da pesquisa a *latinoamericanização* do debate, considerando a necessidade da construção de horizontes categoriais consolidados na realidade concreta de Nuestra América e, assim, propor perspectivas de superação do paradigma ídeo-teórico e cultural do capitalismo dependente, desde o papel da Universidade tendo em vista a conformação da luta de classes na América Latina.

Desse modo, reiteramos a necessidade da negação da reprodução da ciência enquanto atividade neutra, imparcial, imune às contradições e aos conflitos sociais, é imperativo retomarmos uma razão que nos explique a partir da crítica ao capitalismo desde sua particularidade em nossa própria realidade em uma dimensão fortemente crítica da tendência *eurocêntrica*¹, alinhada com o pensamento crítico das ciências sociais latino-americanas. A produção de tais autores tem pouca circulação tanto nas universidades quanto nos espaços de formulação política da militância brasileira.

De acordo com Rocha (2009, p.37), "grande parte dos marcos teóricos e das instituições políticas presentes na América Latina são expressões de experiências que pouco se assemelham a que vivemos no decorrer desses séculos de existência". As explicações do subdesenvolvimento partem de um todo que não nos representa, pois pertence a um espaço e tempo que não é nosso, ou nos termos de Ribeiro (1986, *apud* ROCHA, 2009) "somos evolutivamente de outro fuso temporal".

Refletir a respeito da dimensão real da pesquisa em nosso continente remete ao entendimento de que o desenvolvimento da América Latina é singular e sua apropriação crítica é primordial para a compreensão das peculiares contradições, nesse sentido

¹ Na segunda seção trabalhamos mais diretamente a categoria Eurocentrismo. De partida cabe assinalar aqui que referimo-nos a determinado padrão de estrutura social, econômica, política, ídeo-teórica e cultural, relacionado com a forma como o capitalismo se desenvolveu na Europa e nos Estados Unidos, especialmente. Tal modo de vida e de ver/analisar o mundo foi universalizado em um padrão cultural e teórico, como se não pudessem existir outros caminhos de desenvolvimento e de análise da realidade, para além da experiência do capitalismo ocidental.

² Nesse sentido, cabe ressaltar a fundamental contribuição de Darcy Ribeiro: "Pode-se, também, superar dois tipos de concepção da dinâmica social primeiro, o que considera os povos dependentes como sobreviventes de etapas pretéritas da evolução humana. Segundo, o que confere às sociedades mais desenvolvidas a qualidade de

A atividade científica não é realizada em um espaço idílico do espírito, mas dentro de sociedades hierárquicas, onde rege, relações de dominação e exploração. E neste sentido, um elemento específico da América Latina é que se trata de uma região dependente dos centros mundiais de poder, semelhante, em muitos aspectos, ao que foi a situação durante a colônia. Esta dependência neocolonial determina não somente as questões econômicas e políticas de nossa vida, mas também as científicas e culturais (DIETERICH, 1999, p. 14).

Em nossa atividade acadêmica devemos ter consciência, que a mesma guarda uma relação direta com a realidade em seu aspecto social, econômico e político, onde o método constitui um poderoso meio de mudança social, que pode ser atualizado de maneira responsável e ética ou irresponsável e não-ética, por isso o trabalho científico deve ser realizado com consciência histórica e responsabilidade ética do estudante tal como ensinaram os revolucionários de nossa Pátria Grande.

O herói José Martí advertiu que somente o conhecimento permitiria a emancipação de nossa América, da mesma forma, José Vasconcelos, ao tomar posse do cargo de reitor da Universidade Nacional do México, em 1920, qualificou como “obra patriótica” a tarefa de resolver a pobreza e a ignorância: “nestes momentos eu não venho trabalhar pela universidade, mas pedir para a Universidade trabalhar pelo povo” (*apud* DIETERICH, 1999, não paginado).

O caráter contraditório que assume a dependência latino-americana torna-se fator determinante na configuração das estruturas não apenas econômicas, mas, sobretudo, sociais e culturais nos países periféricos afetando também a estrutura universitária. Para isso, acreditamos que a abordagem do tema dessa pesquisa deve iniciar pela decomposição do real investigado, por ser necessária à abordagem totalizante do objeto. O desvelamento das contradições que envolvem o tema desse estudo, bem como o complexo dos fenômenos que habitam o ambiente cotidiano, devem ser compreendidos como expressão da realidade cognoscível, através da qual apreendemos a realidade concreta não como "todo caótico, mas como rica totalidade de determinações" (MARX, 1982, p. 14), sendo assim

O mundo da pseudoconcreticidade é um claro-oscuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde. A essência se manifesta no fenômeno, mas só de modo inadequado, parcial, ou apenas sob certos ângulos e aspectos. O fenômeno indica algo que não é ele mesmo e vive apenas ao seu contrário. A essência não se dá imediatamente; é mediata ao fenômeno e, portanto, se manifesta no fenômeno. O fato de se manifestar no fenômeno revela seu movimento e demonstra que a essência não é inerte

nem passiva. A manifestação da essência é precisamente a atividade do fenômeno (KOSIK 1976, p. 15).

O marxismo ao ser compreendido como filosofia da práxis caracteriza-se como condição inalienável da tradição teórica, metodológica e política inaugurada por Marx que consiste na indissociabilidade da teoria com a prática, ou da ciência com a política.

Recorrer à saudável tradição dos clássicos na leitura relativa às especificidades do contexto histórico de nosso continente deve gerar nossa própria interpretação, sem fórmulas, sem adequações dogmáticas, ou seja, deve-se adensar um prisma que fomente novas pesquisas para conhecer, analisar e propor respostas a um conjunto de temas substanciais genuinamente latino-americanos.

O objetivo central desta pesquisa é por meio da análise da configuração ídeo-teórica e cultural das sociedades latino-americanas, estudar o papel da Universidade na disposição das estruturas sociais e culturais na América Latina, tendo em vista analisar a decadência ideológica e suas expressões particulares no continente e cogitar a hipótese da atualidade da luta de Córdoba, em contraposição ao legado conservador que refuncionaliza a Universidade Brasileira a partir da Ditadura Militar.

A partir do objetivo central relacionamos os objetivos específicos que também indicam o percurso teórico metodológico que alçamos nesse trabalho, sendo eles:

- Realizar um estudo teórico-bibliográfico para identificar apontamentos sobre a produção das ciências sociais latino-americanas no decorrer da década de sessenta e setenta no campo da literatura econômica, sociológica e política;
- Sistematizar estudos à respeito do papel da Universidade no contexto latino-americano, considerando que essa instituição possui lugar chave para a reprodução da dependência ídeo-teórica e cultural vigente no continente;
- Caracterizar a relação entre o desenvolvimento capitalista e a educação, a emergência da decadência ideológica e a forma particular pela qual esse processo se expressa na América Latina;
- Problematizar as tentativas de renovação da Universidade latino-americana, a partir da caracterização da Reforma de Córdoba, de 1918 e a Reforma Universitária operada pela Ditadura Militar no Brasil em 1968;
- Assinalar que a experiência de Córdoba e a Reforma que emerge das entranhas da Ditadura Militar no Brasil sinalizam projetos distintos de Universidade e de Sociedade, contrapondo esses projetos e requalificando o debate, por meio de duas

tendências brasileiras recentes, as quais manifestam a necessidade de atualizar a luta de Córdoba.

Do ponto de vista do intento ético-político do trabalho consideramos a contribuição do errante e nostálgico colombiano Gabriel García Márquez sobre o nó de nossa solidão, tratando-se da distância cultural das sociedades latino-americanas, onde a originalidade nos é admitida em certos momentos históricos de existência, entretanto negado com todo tipo de desconfiança em nossas tão difíceis tentativas de mudança social, por isso

É compreensível que insistam em nos medir com a mesma vara com que se medem, sem recordar que os estragos da vida não são iguais para todos, e que a busca da identidade própria é tão árdua e sangrenta para nós como foi para eles. A interpretação da nossa realidade, a partir de esquemas alheios só contribui para tornar-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários. Talvez a Europa venerável fosse mais compreensiva se tratasse de nos ver em seu próprio passado (MÁRQUEZ, 1982, p.26).

A violência e a dor desmedidas de nossa história conforme nos lembra o autor colombiano são resultados de injustiças seculares e amarguras sem conta, e não uma confabulação tramada há mais de três mil léguas.

A relevância deste estudo revela-se fundamental a medida que está umbilicalmente ligado ao movimento real da necessária superação da reprodução do violento elitismo, conservadorismo e alienação das estruturas universitárias a serviço da dependência cultural nas sociedades da América Morena. Tal movimento permite reconhecer os caminhos do protagonismo político popular no horizonte das lutas em torno da questão da Universidade no plano do questionamento de sua função social, enquanto agência mantida pelo conjunto da sociedade brasileira, devendo estar comprometida com a realização das aspirações que estabeleça a luta pela transformação da estrutura socioeconômica do país.

Importa assinalar que a escolha do tema em questão, tal como o eixo essencialmente latino-americano condutor desta análise não foi arbitrária. A necessidade da discussão sobre a configuração ídeo-teórica e cultural das sociedades latino-americanas advém do movimento real da realidade na experiência desta estudante no espaço da Universidade e sua inserção no Movimento Estudantil, bem como, da realização da atividade de Estágio Curricular Obrigatório I e II no Projeto de Extensão intitulado "Nova Metodologia de Trabalho com Famílias no SUAS: Participação Popular e Autonomia" alocado junto ao Departamento de

Serviço Social e ao Instituto de Estudos Latino-Americanos da Universidade Federal de Santa Catarina.

A contribuição destas experiências no processo de formação, permitiram-me problematizar cotidianamente a estrutura universitária, possibilitando assim um posicionamento ético-político, situando-me na condição de sujeito responsável na construção de uma educação problematizadora que seja capaz de proporcionar processos reflexivos buscando romper com a reprodução do paradigma ídeo-teórico e cultural determinado pelos interesses da classe dominante. As indagações suscitadas foram devidamente necessárias para a construção do presente trabalho.

A organização deste trabalho demandou de um esforço metodológico formulado a partir da apreensão do método crítico dialético, atentando para a realidade periférica e dependente de nosso continente. Ao produzir a crítica da Economia Política MARX (1982) revela que há dois momentos no processo de conhecimento, sendo eles: o primeiro parte do todo concreto e chega ao conhecimento abstrato de suas partes, e o segundo, que parte das abstrações feitas pelo pensamento, e reaparece reconstruído pelo pensamento. Percorremos nesta análise o caminho do concreto real ao concreto pensado.

Na seção I apresentamos o problema e sua caracterização teórica do ponto de vista histórico. Nesse início caracterizamos o debate teórico das décadas de 1960 e 1970 no âmbito da grande ciências sociais a respeito da situação periférica e dependente das sociedades latino-americanas localizando o paradigma político-teórico e cultural da época. Objetivamos também empreender uma crítica ao colonialismo intelectual presente na produção sociológica latino-americana. Abordamos também as categorias pertinentes à Teoria Marxista da Dependência.

Na segunda seção nos propomos a desvendar o problema desde sua análise histórica-estrutural e ídeo-teórica e cultural. Ali procuramos situar em uma aproximação inicial a relação entre o desenvolvimento capitalista, a educação, o ensino superior requerido pelo capital e a emergência da decadência ideológica, para na sequência particularizar a análise no solo latino-americano.

Posteriormente caracterizamos na seção III a Reforma de Córdoba e a Reforma Universitária que refuncionalizou as Universidades Brasileiras a partir da Ditadura Militar, como duas propostas distintas e correspondentes a dois projetos de sociedade. A ideia dessa seção é desvendar o problema em confronto com a realidade contemporânea, por esse motivo nos propomos a atualizar o debate por meio da descrição de duas tendências da Universidade

Brasileira Contemporânea e a contraposição de tais tendências com o legado e a atualidade da luta de Córdoba.

Por fim, realizamos alguns apontamentos de modo objetivo que apresentam-se nas considerações finais, buscando discorrer em torno do objeto investigado, retomando o tempo e espaço latino-americano.

1 A CONFIGURAÇÃO ÍDEO-TEÓRICA E CULTURAL DAS SOCIEDADES DEPENDENTES

O objetivo que nos propusemos neste capítulo é compreender o debate teórico das décadas de 60 e 70 no âmbito das grandes ciências sociais a respeito da situação periférica e dependente das sociedades latino-americanas localizando o paradigma político-teórico e cultural da época. Objetivamos também empreender uma crítica ao colonialismo intelectual presente na produção sociológica latino-americana.

Assim como pretendemos tecer algumas explicações categoriais pertencentes ao debate travado pela Teoria Marxista da Dependência, principalmente a partir do legado teórico de Ruy Mauro Marini – a configuração do mundo do trabalho e das condições de reprodução dos trabalhadores nas sociedades capitalistas dependentes e a própria determinação da questão social no continente.

Aprender as distintas interpretações para as causas do subdesenvolvimento e da exploração capitalista na América Latina é imprescindível para contextualizarmos a particularidade histórica que assume a disposição ídeo-teórica e cultural de nossas sociedades expressa na formação das estruturas universitárias e educacionais.

Deste modo, iniciamos a análise de maneira genérica para localizarmos o papel da Universidade a partir do contexto latino-americano.

1.1 Desenvolvimento e Subdesenvolvimento: Debate Teórico da Década de 1960 e 1970.

O paradigma político-teórico e cultural dos anos 1960 e 1970 no âmbito das ciências sociais latino-americanas segundo Marini (1992), manifestou-se na intensa produção no campo da literatura econômica, sociológica e política. A razão para tal conjuntura encontrava-se na instabilidade da vida política no continente, abalada seguidamente por golpes militares e pela expansão econômica que o perpassava. Isso implicou diretamente na destinação de recursos consideráveis para as Universidades e centros de pesquisas, oportunizando a realização de seminários, congressos e outros eventos acadêmicos.

Deste modo, a intelectualidade latino-americana debatia profundamente suas ideias e travava polêmicas. A vitalidade deste momento histórico agitou os meios acadêmicos e políticos da Europa e dos Estados Unidos, motivando a busca de novas perspectivas de análise de suas realidades nos países africanos e asiáticos, rompendo o enclausuramento que determinava o pensamento social no mundo socialista.

Privilegiaremos em nossa análise o debate da produção sociológica nos países latino-americanos e especificamente no Brasil, com a finalidade de evidenciar a construção de seu paradigma ídeo-teórico e cultural.

Ao realizar a crítica à sociologia brasileira, Ramos (1995, p. 36), pontua que “a tomada de consciência da sociologia no Brasil é um fato recente na evolução do pensamento sociológico” considerando que a disciplina sociológica no Brasil estava incapacitada para tornar-se suporte de uma interpretação objetiva da realidade brasileira. São poucos os esforços na disciplina sociológica que dispusesse a um trabalho científico a partir de um compromisso com a sua particular circunstância nacional.

Para tanto Ramos (1995), explica historicamente a raridade e o caráter excepcional destes esforços. A cultura brasileira e da América Latina não poderia furtar-se à lógica da situação colonial. Países descobertos e formados por colonizadores haveria de considerar o processo colonial. Assim, a raridade de tal compromisso é sociologicamente compreensível, haja vista que, a lógica da situação colonial em que a exploração econômica alia-se com outras formas complementares de subordinação, como a *atualização histórica e a aceleração evolutiva*².

Sobre a situação colonial, Ramos (1995) identifica a questão de maneira ampla considerando a circunstância histórico-cultural e tece uma crítica sobre a interpretação consolidada até o momento

A situação colonial, posta em questão hoje por sociólogos e economistas, é entendida como um complexo, uma totalidade que impõem certo tipo de evolução e de psicologia coletiva às populações colonizadas. Um dos traços desta psicologia coletiva é a dependência, certo bilinguismo, a duplicidade psicológica, condições que tornam limitadíssima a possibilidade de uma

² Nesse sentido, cabe ressaltar a fundamental contribuição de Darcy Ribeiro: “Pode-se, também, superar dois tipos de concepção da dinâmica social primeiro, o que considera os povos dependentes como sobreviventes de etapas pretéritas da evolução humana. Segundo, o que confere às sociedades mais desenvolvidas a qualidade de términos do processo evolutivo, figurando-as como um modelo ideal de ordenação sociocultural para onde marchariam todos os povos. Dentro desta gama de problemas, alguns conceitos especiais deverão ser definidos como os de *atualização histórica e aceleração evolutiva*, por um lado, e, por outro, o de estagnação cultural, de atraso ou regressão histórica. Por aceleração evolutiva designamos os processos de desenvolvimento de sociedades que renovam autonomamente seu sistema produtivo e reformam suas instituições sociais no sentido da transição de um a outro modelo de formação sociocultural, como povos que existem para si mesmos. Por atraso histórico, entendemos o estado de sociedades cujo sistema adaptativo se funda numa tecnologia de mais baixo grau de eficácia produtiva do que o alcançado por sociedades contemporâneas. Por atualização ou incorporação histórica designamos os procedimentos pelos quais esses povos atrasados na história são engajados compulsoriamente em sistemas mais evoluídos tecnologicamente, com perda de sua autonomia ou mesmo com a sua destruição como entidade étnica. Este foi o caso, por exemplo, da incorporação de povos autóctones subjugados pelo colonizador e de populações africanas trasladadas como mão de obra das minas e das plantações tropicais, nas formações coloniais escravistas da América. O conceito de atualização retrata, por isso mesmo, tanto situações de caráter regressivo – do ponto de vista das entidades étnicas avassaladas, traumatizadas ou destruídas – com conteúdos progressistas, enquanto um procedimento de incorporação de povos atrasados a sistemas socioeconômicos mais avançados. A característica fundamental do processo de atualização histórica está no seu sentido de modernização reflexa, como perda de autonomia e com risco de desintegração étnica.” (RIBEIRO, 1979, p.55-56)

identificação da personalidade do colonizado com a sua circunstância histórico-natural imediata (RAMOS, 1995, p. 37).

Na análise considerada, a reorientação da evolução e a transformação da psicologia coletiva dos países colonizados só será real se esta reorientação e as alterações macroscópicas de suas estruturas ocorrerem em um processo simultaneamente total.

Até as primeiras décadas do século XX, em geral, sustenta Marini (1992), que o pensamento latino-americano restringia-se a matriz *positivista*³, sendo comum a imitação de correntes que predominavam na Europa. A adoção literal de uma tendência “importadora” do pensamento social, advinda essencialmente dos centros europeus e norte-americanos, continua sendo admitida na sociologia, bem como na atividade científica como o mais avançado, impedindo assim conforme reafirma Ramos (1995), o desenvolvimento de um pensamento autêntico e verdadeiramente latino-americano.

A disciplina sociológica, no Brasil e nos países de formação semelhante, como os da América Latina, tem evoluído até agora, segundo influências exógenas que impediam, neles o desenvolvimento de um pensamento científico autêntico ou em estreita correspondência com as circunstâncias particulares desses países. Assim, a disciplina sociológica nesses países se constitui de glosas de atitudes, posições doutrinárias e fórmulas de salvação produzidas alhures, ou ilustra menos o esforço do sociólogo para compreender a sua sociedade, do que para se informar da produção dos sociólogos estrangeiros (RAMOS, 1995, p. 37).

O trabalho sociológico historicamente ostenta algumas problemáticas que se localizam no cerne da formação geológica da “sociologia do vale das lágrimas” como referencia o filósofo Álvaro Vieira Pinto (2008). O uso da imagem do “vale das lágrimas” refere-se às ideologias provenientes das explicações religiosas e de ideologias pessimistas que reforçam em retratar o mundo que a humanidade tem se desenvolvido. Concilia-se a alienação religiosa com a ingenuidade essencial da consciência pessimista, entretanto não bastou aos beneficiários desta mistificação mantê-la na ordem do místico, para garantir a sua legitimidade, transitam da visão apocalíptica para o terreno respeitável da ciência.

³ Segundo Lowy (2007) “ O positivismo – em sua figuração ‘ideal-típica’ – está fundamentado num certo número de premissas que estruturam um ‘sistema’ coerente e operacional: 1) A sociedade é regida por leis universais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural; 2) A sociedade pode, portanto, ser epistemologicamente assimilada pela natureza (o que classificaremos como ‘naturalismo positivista’) e ser estudada pelos mesmos métodos, démarches e processos empregados pelas ciências da natureza; 3) As ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamento de valor ou ideologia, descartando previamente todas as pré-noções e preconceitos. A influência dessas ideias – particularmente o postulado de uma ciência axiologicamente neutra – ultrapassa o quadro do positivismo no sentido estrito e se manifesta, pelo menos em parte, em autores consideravelmente afastados do positivismo clássico (como Max Weber) e até mesmo no seio do marxismo. Quando um ou outro destes três axiomas está integrado em uma investigação metodológica distinta do positivismo, pode-se falar de uma *dimensão positivista*.” (LOWY, 2007, p. 17-18)

Precisava-se elaborar para além da geografia do vale, e da história de sua constituição, a sociologia que estuda as relações entre os homens nele imperantes.

É assim que uma vulgar, interesseira e estúpida noção, produto de uma exigida falsificação perpetrada pelas potências dominantes sobre a grande multidão da humanidade, acaba por dar lugar a um amontoado de teses, apresentadas com o caráter de “sociologia”, isto é, de digna construção científica. A confusão intencionalmente propagada em nossos dias pelos doutores em cânones da ordem capitalista obriga-nos a discutir o principal da infundável trama de falsidades e confusões que tanto a casta sacerdotal quanto a sua ala literária e “filosófica” inventaram e sistematizaram, para denunciarmos o engodo desta suposta “ciência” (VIEIRA PINTO, 2008, p. 22).

A imagem teológica do “vale das lágrimas” nos serve de modelo de uma situação real, efetivamente vivida pela humanidade, desde os primórdios de sua sujeição aos poderosos até os dias de hoje.

A batalha econômica dos explorados e poderosos nunca esteve separada de outra, *a batalha pela submissão cultural do mundo pobre*. O processo é permanente, e tal é a razão pela qual encontramos ao longo de todas as formações históricas, só variando os instrumentos e modalidades em que é travada especialmente a luta pela conquista do pensamento dos homens, mesmo os de inclinação ou profissão de intelectuais, que, em seu meio deformado pelo peso da escravidão que os esmaga, buscam pensar por sua própria conta a realidade a que pertencem. Se o pudessem conseguir em tais condições, de há muito teria sido constituída a sociologia do “vale das lágrimas” (VIEIRA PINTO, 2008, p.63, *grifo nosso*).

Como forma de combater a ameaça do desenvolvimento de uma autêntica sociologia do “vale das lágrimas”, estrategicamente dispõe-se de um exército de escritores e empreende um verdadeiro bombardeio nos países periféricos com a copiosa literatura que a elite culta dos países pobres consome com voracidade para demonstrar como é inteligente, competente, estudiosa e “cult” pensando assim haver alcançado a sonhada igualdade dos valores humanos.

A sociologia, segundo Vieira Pinto (2008), enquanto ciência da sociedade é considerada como uma ideologia de classe, pois é formulada por homens de cultura e com capacidade científica requerida para dar forma de pensamento aos interesses de classe com a qual se identificam. Portanto, a sociologia como ciência “neutra” é uma criação impossível, pois caso fosse realizada, não apresentaria nenhuma relação com a realidade do mundo em que os homens efetivamente vivem.

A sociologia nesse contexto conforme evidencia Vieira Pinto (2008), compõe o arsenal da dominação da consciência dos países pouco desenvolvidos, gerando uma consequência ainda mais grave que é a segregação que germina por conta própria. Por isso,

torna-se cada vez mais incapaz de superar o seu estado de “atraso”, chegando a considerá-lo como situação natural, competindo-lhe apenas contribuir para a ascensão cultural e econômica de alguns indivíduos mais bem-dotados, ou seja, esses sujeitos são destaques das massas de que são parte, já que o progresso para todos só se realizará a longo prazo e pela educação dos indivíduos da sociedade isoladamente.

Considerando a tendência do desenvolvimento de uma sociologia no continente latino-americano que adota esquemas europeus em suas formas acabadas e terminais, Ramos (1995), ilustra uma posição radicalmente crítica em face deste fato. As condições da realização das críticas que apontaremos só foi possível, pois é resultado de um processo histórico.

A essência da crítica realizada por Ramos (1995) a respeito de nossa sociologia enlatada, a qual é consumida como conserva cultural, pode ser observada sistematicamente a partir das seguintes características, a saber: a simetria e o sincretismo; o dogmatismo; o dedutivismo; a alienação e a inautenticidade. Descreveremos brevemente a argumentação desenvolvida pelo autor sobre cada característica.

O simetrismo e o sincretismo tornam-se mais nítidos na produção sociológica quando se iniciam as edições dos compêndios, neles aparecem justapostos os sistemas europeus e norte-americanos, pressupondo que existe uma verdade sociológica resultante da conciliação das várias correntes de pensamento.

O dogmatismo é notório em atitudes apologéticas, consistindo na adoção intensiva de argumentos de autoridade na discussão sociológica, como também em certa tendência a discutir ou avaliar os fatos através da mera justaposição ou transplantação de textos de autores prestigiosos. O dogmatismo continua a se manifestar nas obras sociológicas atuais, principalmente naquelas, onde os autores mostram-se ajustados completamente ao que nos centros europeus e norte-americanos se considera como ortodoxo.

As características apresentadas até o momento não devem ser interpretadas de maneira isolada, dado que uma decorre da outra. Sendo assim, o dedutivismo deriva do dogmatismo, sendo perceptível em trabalhos sociológicos simpatizantes do marxismo. Principalmente quando tentam explicar os nossos problemas políticos e sociais segundo estudos aplicados a países de capitalismo central.

O dedutivismo é a referência básica de uma teoria equivocada da realidade brasileira, é o princípio mesmo de nossa sociologia educacional, orientada por critérios induzidos da experiência de outros povos, implantados a partir de uma teoria pré-fabricada.

A alienação da sociologia no Brasil decorre em regra de que ela não é fruto de esforços que tendem a promover a autodeterminação de nossa sociedade, o que

verdadeiramente tem ocorrido é que os sociólogos tem assumido uma atitude implacavelmente equivalente à do estrangeiro que nos olha a partir de seu contexto e em função deste nos interpreta.

A inautenticidade é resultante de todas as características anteriores. O trabalho sociológico em nosso país, não se fundamenta em genuínas experiências, como já visto, em larga escala as categorias e processos que os sociólogos usam são recebidos e por eles pré-fabricados, ou seja, não participam de sua gênese, ele domina escassamente tais categorias e processos.

Ao concebermos a centralidade de tais características na produção de nosso paradigma ídeo-teórico e cultural, aprofundamos tal análise com Marini (1992) que, ao realizar uma comparação sobre a reflexão científica produzida entre a década de 1960 e 1970 e a atualidade, sinaliza que estamos vivenciando o que intitula de “crise teórica” dada à pobreza teórica e ao formalismo acadêmico que evidenciam as produções.

O autor afirma ainda que no tocante a originalidade e a liberdade de criação própria do contexto de efervescência do pensamento latino-americano se confrontado com a atual subordinação do nosso pensamento aos padrões norte-americanos e europeus acaba por causar-nos perplexidade, sendo assim Marini (1992) constata uma reversão de tendências e debilidade da capacidade criadora no desenvolvimento recente das ideias na América Latina.

Vasconcellos (2014), ao dissertar sobre a valorização de um dos mais importantes cientistas sociais que a América Latina recebeu, evidencia as razões pelas quais ele se transformou em um verdadeiro “enguiço” para as ciências sociais no Brasil.

O que Gunder Frank mostrou é que o raciocínio colonizado das ciências sociais era desenvolvimentista e dualista, e continua sendo até hoje, portanto conveniente com a ideologia anunciada a cada governo, segundo a qual o país tem condições de estender o progresso à maioria da população sem alterar os laços econômicos e culturais subalternos que nos prendem aos núcleos cênicos do imperialismo (VASCONCELLOS, 2014, p.120).

Nesse sentido, analisamos que o desenvolvimento e a construção de um novo paradigma ídeo-teórico e cultural nas sociedades dependentes tende a significar um enguiço para as ciências sociais uma vez que a classe dominante utiliza-se da disciplina sociológica para exercer o seu domínio político, econômico e cultural, nem sempre se vale unicamente da repressão política escancarada.

Ao buscar novas interpretações para as causas do subdesenvolvimento e da exploração capitalista na América Latina, a natureza do debate teórico e político dos anos 1960 e 1970 no interior do pensamento da esquerda brasileira, proporcionou o embate principalmente entre

quatro correntes ideológicas, são elas: os Partidos Comunistas vinculados a Terceira Internacional, o Foquismo, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e a Escola da Dependência (TRASPADINI; STEDILE, 2005).

Algumas tentativas de produção iniciaram-se a partir da emergência do imperialismo norte-americano e sua projeção sobre a América Latina, conseqüentemente registra-se o surgimento de um pensamento anti-imperialista, formulado por intelectuais ligados à oligarquia burguesa que mantinham vínculos com as potências europeias, contudo, outra matriz surge. Essa matriz está ligada a renovação que passa o pensamento marxista após a revolução russa de 1917, portanto marxismo e anti-imperialismo contribuirão para a tentativa de elaboração original sobre a América Latina, especialmente com Mariátegui, Raul Haya de la Torre.

Há pensadores como José Aricó que consideraram que esse processo fosse uma primeira teoria da dependência, porém com a repressão dos anos vinte e trinta e o enrijecimento da Terceira Internacional caracterizaram-se como fatores para o recuo do pensamento marxista no continente. Nos períodos subsequentes o que se desenvolveu foram trabalhos de caráter historiográfico sobre a história nacional dos países, não chegando a formar uma escola de pensamento.

O surgimento de uma corrente estruturada do pensamento da região latino-americana ocorre a partir do Relatório Econômico da América Latina publicado pela CEPAL em 1950.

Os esforços das mais variadas correntes para explicar o atraso e o subdesenvolvimento latino-americano coincidem em um aspecto: elas oferecem elementos analíticos dispersos que não possibilitam integrar um esquema explicativo, ou seja, os diagnósticos apresentados pelas correntes apresentam uma aguda carência de explicações teóricas, logo essa ausência é suprida por meio de uma transferência mecânica de algum modelo de desenvolvimento que não nos explica.

Entretanto, nessa conjuntura ganha importância a iniciativa de um grupo de intelectuais da esquerda, brasileiros, mexicanos e argentinos que retomam o debate das características da dependência latino-americana, a partir de uma discussão considerada sob métodos e enfoques distintos, realizam uma profunda crítica dos principais limites e avanços da escola cepalina. Ao mesmo tempo procuraram aplicar as categorias do materialismo dialético, da economia política para explicar a essência das relações sociais e materiais de produção em nossas sociedades.

Sendo assim, a Escola da Dependência inaugura um diálogo e evidencia os diferentes enfoques do desenvolvimento latino-americano. Pela vertente marxista, Ruy Mauro Marini,

André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Augustin Cueva. Por outro lado há a vertente weberiana, schumpeteriana com Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto. São vertentes teóricas e políticas extremamente diversas no interior do debate da dependência.

Considerando o marco dessas duas vertentes, o percurso teórico e metodológico da vertente marxista evidencia-nos sua atualidade e vigência ao nos explicar a lógica de dominação do capital internacional sobre as economias periféricas e os mecanismos internos e próprios de uma relação de dependência permanente sob a égide do capitalismo.

No próximo item abarcaremos a discussão da Teoria Marxista da Dependência a partir da proposta teórica formulada pelo pensador militante Ruy Mauro Marini. A nossa análise considera a centralidade da categoria “superexploração”, bem como do processo histórico que nos evidencia uma forma particular de reprodução do capital no capitalismo dependente. A vertente marxista alcançou um nível de integração que outros esquemas interpretativos não alcançaram, nos permitindo compreender os seus movimentos e períodos, à luz das tendências presentes no sistema capitalista mundial.

1.2 Teoria Marxista da Dependência: Via Crítica de Interpretação do Capitalismo Sui Generis Latino-americano

Pouco conhecido no espaço acadêmico brasileiro, o pensador revolucionário Ruy Mauro Marini possui inédita importância no desenvolvimento das ciências sociais latino-americanas, pois engendra corajosamente duras críticas ao modelo “importador” de análise e compreensão de nossa realidade.

Fundador da teoria da dependência tornou-se o principal expoente em sua versão marxista, o autor contribuiu categoricamente para a construção de um novo paradigma de interpretação das formações sociais latino-americanas e do capitalismo mundial.

Seu histórico político-militante como pensador que articulava a teoria com a prática revolucionária legitima seu rigor metodológico, o qual criativamente apropriou-se das obras de Marx e de outros sucessores como Engels, Lênin e Rosa Luxemburgo.

Verdadeiramente apresentou conceitos da economia política e da luta de classes, de forma não dogmática para explicar *desde abajo* a exploração produtiva, cultural e política desenvolvida no continente.

Como a dialética fez parte permanente de seu estudo, Marini desloca-se do abstrato ao concreto para compreender a problemática de totalidades complexas como as da economia mundial e do capitalismo periférico. A partir disso, articula e cria novos conceitos analíticos para a economia política, como os de dependência, superexploração do trabalho, sub-imperialismo, intercâmbio desigual.

A América Latina entra no mundo pela porta de serviço como referencia Galeano (2010), esse mundo que é um mercado, onde se compram países, Nuestra América nasceu para obedecer-lo. Essa rotina começou com o ouro e a prata, seguiu com o açúcar, o tabaco, o guano, o salitre, o cobre, o estanho, a borracha, o cacau, a banana, o café, o petróleo. Ou seja, o processo de produção que se estabelece nos países periféricos é expressão do desenvolvimento do capitalismo, que em seu momento de expansão subordina os elementos da nova sociedade ao ditame do capital. Assim, a história do subdesenvolvimento da América Latina encontra-se no desenvolvimento do capitalismo mundial.

A divisão internacional do trabalho significa que alguns países se especializaram em ganhar e outros em perder. Nossa comarca no mundo, que hoje chamamos América Latina, foi precoce: especializou-se em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se aventuraram pelos mares e lhe cravaram os dentes na garganta. Passaram-se os séculos e a América Latina aprimorou suas funções. Ela já não é o reino das maravilhas em que a realidade superava a fábula e a imaginação era humilhada pelos troféus da conquista, as jazidas de ouro e as montanhas de prata. Mas a região continua trabalhando como serviçal, continua existindo para satisfazer as necessidades alheias [...] destinados aos países ricos que, consumindo-os ganham mais do que ganha a América Latina ao produzi-los (GALEANO, 2010, p. 17).

Ribeiro (2007) desenvolve uma série de estudos que pretendem investigar o processo de formação dos povos americanos, sobre as causas do seu desenvolvimento desigual e sobre perspectivas que podem ser geradas para os chamados países atrasados.

Na análise do autor as diferenças de desenvolvimento das sociedades modernas não podem ser explicadas como etapas de um processo de evolução, unilinear e irreversível comum a todas as sociedades humanas. Ao observar o desenvolvimento histórico da América Latina percebeu-se que

O subdesenvolvimento é, na verdade, o resultado de processos de atualização histórica só explicáveis pela dominação externa e pelo papel constritor das classes dominantes internas, que deformam o próprio processo de renovação, transformando-o de uma crise evolutiva num trauma paralisador. Desenvolvendo-se dentro desse enquadramento, a maioria das nações americanas evoluiu como estruturas atualizadas. Primeiro, ao se integrarem no capitalismo mercantil como formações coloniais de vários tipos; depois ao se incorporarem ao imperialismo industrial como áreas neocoloniais (RIBEIRO, 2007, p. 41).

Por isso, ao recorrermos à tradição da Teoria Marxista da Dependência identifica-se que o progresso não pode ser determinado como resultante da evolução do atraso, embora o subdesenvolvimento e desenvolvimento possam no nível da aparência mostrarem-se processos independentes, contudo tratam-se de processos que se constituem de uma mesma lógica de acumulação capitalista, qualitativamente diferenciados e ligados tanto pelo antagonismo como pela complementaridade. Logo a dialética do desenvolvimento assim apreendida admite que o subdesenvolvimento de alguns países resulta diretamente do que determina o desenvolvimento dos demais.

Ao considerarmos o processo econômico-social, moldado há mais de três séculos nos países latino-americanos, percebemos conforme Marini (2000) que é a partir da independência política dos países latinos nas primeiras décadas do século XIX que os países integram-se ao mercado mundial, em função dos interesses e necessidades da Inglaterra devido a Revolução Industrial. Os países de nosso continente se articularão diretamente com a metrópole inglesa, começarão produzir e a exportar bens primários, em troca de produtos manufaturados de consumo. Esse movimento pode ser visualizado a partir da descrição do pensador Uruguai.

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo (GALEANO, 2010, p.18).

Rocha (2009, p.53) considera que “é a partir desse momento que a América Latina vai cumprir uma particularidade histórica no âmbito da reprodução geral do capital em esfera mundial, dada estruturalmente pela dependência”. A dependência no enfoque marxista de Marini é compreendida como

Uma relação de subordinação própria da forma como o capital e os interesses de seus donos se internacionalizam de maneira cada vez mais integrada e intensificada. A dependência é assim o mecanismo central de subordinação do território, do espaço, dos sujeitos, dos países subdesenvolvidos, como forma de perpetuação do poder de reprodução do capitalismo na esfera internacional. Uma dependência que evidencia a integração de um processo que não está posto para ser resolvido em termos de igualdade, exatamente porque se nutre das relações desiguais (TRASPADINI; STEDILE, 2005, p. 33).

No ensaio *Dialética da Dependência*, Marini (2000) expõe os mecanismos próprios do modo de produção e reprodução do capital em escala global, tendo como ponto de partida as relações estabelecidas entre países centrais e periféricos, apontando suas consequências sob a organização das sociedades dependentes. Segundo o autor, as relações comerciais baseiam-se em um sistema de trocas desfavoráveis à periferia, estabelecendo assim um intercâmbio desigual.

Consequentemente nessa relação desigual, resta aos países latino-americanos exportarem produtos primários, basicamente gêneros agrícolas e matérias-primas, e importarem tecnologias que em sua grande maioria já se encontram obsoletas nos grandes centros, bem como equipamentos e maquinários. A perda de valor ocorrida neste processo permite uma maciça transferência de valor produzido na periferia, que é apropriado no centro da acumulação mundial. Tal condicionante da dependência garante a dinâmica capitalista que se assenta na superexploração da força de trabalho em nossos solos.

Marini (2000) postula em seu ensaio que o princípio da dependência é a superexploração⁴ do trabalho. Sendo assim, a superexploração pretende dar conta de acordo com Osório (2009, p.171) “de uma modalidade de acumulação em que, de maneira estrutural e recorrente, *viola-se o valor da força de trabalho*”. A superexploração da força de trabalho é uma das importantes categorias desenvolvidas por Marini para explicar a particularidade história que cumpre a América Latina no âmbito geral da reprodução do capital; a superexploração da força de trabalho trata-se, de acordo com Traspadini e Stedile (2005, p.35), de “um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para reverter suas perdas de lucro na relação de dependência com o mundo”.

A noção de exploração presente no sistema capitalista remete ao problema da apropriação privada por parte do capital de um produto excedente produzido pelos trabalhadores. Ou seja, a geração desse mais valor ocorre pela diferença entre o valor da força de trabalho e o tempo de trabalho necessário. Mas, afinal, poderíamos nos questionar que

⁴ “Pois bem, os três mecanismos identificados - a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva. [...] É necessário observar, além disso, que, nos três mecanismos considerados, a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalho se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho.” (MARINI, 2000, p. 125-126).

particularidade cumpre então a América Latina nesse jogo? Existe superexploração nas chamadas economias centrais?

A exploração da força de trabalho no caso latino-americano se concretiza por meio de um processo *suis generis*, o qual combina três mecanismos-chave como sustenta Marini (2000) são eles: a extração da mais-valia relativa e mais-valia absoluta e o pagamento de salários que não permitem a classe trabalhadora sequer garantir a reprodução de sua existência. A particularidade desse processo no continente se estabelece principalmente pela forma específica pela qual operam esses mecanismos, na dialética do desenvolvimento capitalista do subdesenvolvimento.

A partir do exposto é possível esclarecermos que para o intento teórico que partimos não se nega a existência de formas de remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor real nos países centrais⁵, todavia encontra-se uma diferença pois nas economias dependentes, a superexploração da força de trabalho se encontra no centro da acumulação. Por isso, afirma-se que:

[...] Não é então nem conjuntural nem tangencial à lógica de como essas sociedades se organizam. E ganha sentido quando se analisa o capitalismo como sistema mundial, que reclama transferências de valores das regiões periféricas para o centro, e quando as primeiras, acabam transformando parte do “fundo necessário de consumo do operário” em um “fundo de acumulação do capital”, dando origem a uma *forma particular de reprodução capitalista* e a uma forma particular de capitalismo: o dependente (OSÓRIO, 2009, p. 175, *grifo nosso*).

Assim sendo, a categoria superexploração da força de trabalho explica a forma perversa como o capitalismo se reproduz nas sociedades dependentes, no marco do desenvolvimento desse sistema.

A superexploração da força de trabalho ao ser aludida como violação do valor da força de trabalho não implica automaticamente ser compreendida como uma maior exploração, uma vez que, o aumento do produto excedente pode se dar de muitas maneiras, a saber: por meio do prolongamento da jornada de trabalho, elevando a produtividade do trabalho ou reduzindo-se o tempo de trabalho necessário ou até mesmo, intensificando o trabalho, apropriando-se de parte do fundo de consumo ou de parte do tempo de trabalho necessário para transformá-lo

⁵ Especialmente em conjunturas de crise estrutural do capital, segundo Marx (2011) podem operar mecanismos para recuperação da rentabilidade do capital, dentre eles a remuneração abaixo do valor real da força de trabalho. O que insistimos aqui é que a superexploração da força de trabalho não é apenas uma forma, mas uma categoria analítica, cuja forma de existência traduz a particularidade pela qual se reproduz o capitalismo na região.

em fundo de acumulação. Essa questão foi uma das pedras na qual muitos críticos da superexploração da força de trabalho tropeçaram⁶.

Outra categoria analítica central para a compreensão da realidade social de nosso continente desenvolvida por Marini (2000) é o subimperialismo. Essa categoria foi construída para nos ajudar a entender a capacidade dos grupos e Estados hegemônicos do capital, dentro da ótica imperialista de controlar militar e economicamente nossos territórios, nossas riquezas, nossas vidas, contando até mesmo com a total colaboração de nossos supostos Estados nacionais.

O essencial na tese de Marini é a assimilação da lógica de como as empresas transnacionais instaladas aqui podem utilizar de nossa economia e do nosso território para servir como base de expansão para outros mercados a serem controlados. Por consequência, a partir do uso do nosso território exercitam uma lógica de subimperialismo. Essa lógica evidencia concretamente o critério de controle dos mercados e de acumulação territorial a ser repartida aos países hegemônicos, centrais.

Nas palavras de Traspadini e Stedile (2005, p. 45) “o subimperialismo sustenta assim, a nova forma desenvolvida pelo capital internacional para controlar, acumular e se reproduzir de forma ainda mais intensiva e ampliada na América Latina”. A lógica do subimperialismo baseia-se no método de controle e dominação para a realização do capital no continente, a partir da sujeição de milhões de sujeitos à miséria provocados pelo modo de produção capitalista.

Ao apresentarmos as categorias chaves para a compreensão da realidade dependente, é imperativo localizarmos nesse momento a função do Estado latino-americano frente às determinações dessa realidade, indicamos essa relação a partir do diálogo com as políticas sociais, em particular com a política de Educação, a qual nos interessa nessa análise.

⁶ Destaque para os textos de Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e José Serra. Segundo Prado (2011) “Salvo exceções que confirmam a regra, até poucos anos atrás era precisamente através das mãos de Fernando Henrique Cardoso que se podia ‘conhecer’ acadêmica e politicamente os estudos sobre a dependência na América Latina. Vários artigos de Cardoso, em geral publicados com o apoio institucional do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e republicados em livros que tiveram várias edições em plena ditadura militar, trataram de oferecer um panorama do ‘estado dos estudos sobre a dependência’, de modo que o debate sobre a dependência foi sendo sistematicamente pautado pelos seus escritos. Nas décadas de 1970 e 1980 enquanto vários livros de Andre Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini eram proibidos pela censura, as ideias de Cardoso circulavam livremente pelo Brasil. Diversos textos de Fernando Henrique Cardoso se prestaram para esta tarefa de delimitar o espaço do debate brasileiro em torno à noção de dependência. Entre esses textos, ao menos três artigos merecem destaque, pois tiveram ampla circulação e mencionam diretamente autores como Theotônio dos Santos, Andre Gunder Frank e Ruy Mauro Marini: Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência; As contradições do desenvolvimento-associado e As desventuras da Dialética da Dependência, este último escrito em conjunto com José Serra.” (PRADO, 2011, p. 70-71)

Carraro e Rocha (2013) ao analisar a cidadania, o Estado e os direitos na América Latina no século XXI apontam que a debilidade e precariedade da cidadania realmente existente na América Latina correspondem a um formato estruturalmente precarizado, dado o caráter da superexploração da força de trabalho, que explica a forma como o capitalismo se reproduz nas economias dependentes e imprime uma dinâmica particular ao Estado nessas economias, especialmente em tempos de crise estrutural do capital, ou seja, a peculiar caracterização do Estado é consequência do modo como ocorreu à inserção da América Latina no sistema capitalista imperialista mundial, que determinou uma específica formação sócio histórica ao continente.

Nesse sentido, salientarmos que desde a colonização o leviatã latino-americano evolui como desdobramento da dominação externa no plano doméstico local, sendo a expressão máxima e monopólica do poder econômico, social e político, com acentuado caráter autoritário. O Estado periférico, portanto, historicamente constituiu-se como protagonista do projeto de (sub)desenvolvimento na periferia.

Sendo assim, o capitalismo latino-americano opera uma processualidade radicalmente contraditória entre o Estado capitalista dependente e a dinâmica particular da luta de classes. A expansão das garantias e dos direitos sociais somente responderam à intensa e demorada luta política dos trabalhadores, ou seja, deu-se apenas quando se evidenciaram inevitáveis e imprescindíveis, sendo que tais direitos e garantias historicamente referiram-se a novo marco político para a luta de classes, e não significaram imediatamente a materialidade do arcabouço jurídico-legal.

Apesar das garantias jurídicas e simbólicas, explícitas no arcabouço legal as quais traduzem o reconhecimento de um conjunto de direitos – especificamente no que se refere aos direitos sociais – tratam-se de direitos requeridos, que, apesar de expressarem o resultado de um processo político, cuja essência da disputa repousa como já indicado nas trincheiras da luta de classes, encontram dificuldades estruturais à sua materialização no âmbito do Estado capitalista dependente, no caso latino-americano, torna-se emblemática essa assertiva, uma vez que, é parca a fração do excedente econômico do capital utilizado para sustentar a materialização dos direitos de cidadania.

No Brasil, os aspectos formais do Estado democrático de direito estão consideravelmente desenvolvidos. A consequência mais objetiva desse marco se expressa no conjunto de direitos conquistados pela classe trabalhadora com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Todavia, como também ocorreu em outros Estados dependentes

latino-americanos, somaram-se aos obstáculos históricos e estruturais relativos à lógica de reprodução dessas economias, os efeitos perversos do neoliberalismo.

Nessa perspectiva, o Estado latino-americano reflete no campo econômico e político as determinações fundamentais da dependência, a partir da sua constituição como relação social vigente.

Enquanto política social a Educação sofre cotidianamente os rebatimentos dessa realidade extremamente contraditória, injusta e, sobretudo dependente, isso significa que seu projeto historicamente vem sendo construído para legitimar cada vez mais os processos de espoliação do nosso povo e ao mesmo tempo aprofundar a nossa dependência econômica e cultural.

Em virtude da materialidade-histórica da superexploração da força de trabalho, percebemos que é necessário construir no continente, políticas sociais a partir de esquemas próprios, que considerem os diferentes estragos da vida como pronuncia o discurso de Gabriel García Márquez, afastando as tradicionais configurações que se baseiam exclusivamente na realidade vivenciada nos países centrais de desenvolvimento capitalista.

Assim, os conceitos de superexploração e subimperialismo retratam as particulares formas de reprodução do capital no mundo, revelando a relação de dependência que está submetido o nosso continente. Sabemos que em toda relação de dependência se gera e se fundamenta na luta contraditória que dá vida ao novo: a superação do Estado opressor-superexplorador a partir da luta pela liberdade, mediada pelo motor da história, a luta de classes.

A Universidade ao compor o conjunto de estabelecimentos, instituições e organismos escolares, se faz um espaço privilegiado na reprodução de um paradigma ídeo-teórico e cultural conservador, entretanto consideramos ao mesmo tempo em que essa pode ser portadora de outras possibilidades que ultrapassam a versão do seu atual papel no âmbito da produção da coesão social e reprodução da dependência cultural. De maneira breve realizamos um esforço de indicar alguns elementos constitutivos da relação entre Universidade e dependência das sociedades latino-americanas, todavia a análise dessa relação será aprofundada na próxima seção.

2 DECADÊNCIA IDEOLÓGICA, CAPITALISMO DEPENDENTE E UNIVERSIDADE NA AMÉRICA LATINA

O capítulo a ser introduzido pretende analisar a produção social de conhecimento e os impactos do seu desenvolvimento nas reconfigurações da função social da Universidade periférica. Objetivamos mostrar o lugar de destaque das questões do desenvolvimento das forças produtivas, da crise estrutural e do capitalismo periférico para a análise do tema tratando das continuidades que se perpetuam na atribuição de sua função social, e as mudanças que são operadas dado os novos contornos à sua forma.

Abordamos, desta maneira, o modo qual a ciência é requerida no processo contraditório do desenvolvimento capitalista, e o contexto da crise contemporânea ilustrada a partir da decadência ideológica e do advento da pós-modernidade, bem como a forma particular pela qual tal processo se expressa na periferia.

2.1 Desenvolvimento capitalista e Educação: A educação requerida pelo Capital e a decadência ideológica

Inicialmente é importante assinalar que o desenvolvimento da ciência (e, por decorrência, da produção de conhecimento) não pode se explicar desprendendo-a da realidade na qual ela está inserida, pois é resultado de relações e processos sociais históricos. Sendo assim, partimos do pressuposto que a educação se relaciona com os processos reprodutivos mais amplos. Segundo Mészáros (2005) a educação institucionalizada, em qualquer nível, serviu ao propósito de não apenas fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também o de *gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes*.

Nesse sentido, Tragtenberg (2004) analisa que assim como a religião e o direito, a educação não tem uma história à parte, pois se constitui parte da totalidade dos processos sociais como um todo, captado por suas determinações econômico-sociais. Desse modo, é essencial apreender que a forma assumida pelo processo de trabalho, bem como pelo processo histórico de desenvolvimento das forças produtivas determinam as características e o significado da educação.

[...] há um deslocamento do conhecimento do trabalhador individual ao coletivo e deste ao capital, que culmina com a indústria moderna, na qual a ciência aparece como força independente do trabalho e a serviço do capital. A qualificação para o trabalho passa a ser controlada por este. Na medida em que o capital detém o conhecimento, ele funda uma distribuição diferencial de saber que legitima a existente na esfera do poder. Constituindo-se em qualificações genéricas, a força de trabalho pode ser formada fora do processo produtivo: na escola (TRAGTENBERG, 2004, p. 78).

Predominando as formas pré-capitalistas de trabalho, a exigência de qualificação formal do trabalhador é inexistente; entretanto com o predomínio das relações capitalistas exige-se o diploma universitário em funções específicas. Temos então a função intelectual: a qual não só irá produzir mesmo no plano simbólico, mas também conduzir a direção moral e intelectual da sociedade de classes, reforçando com o saber o poder existente e sua distribuição desigual. Nesse sistema insere-se a Universidade, pois ela é a porta que dá acesso ao desempenho de certos cargos, obedecendo ao processo de industrialização, onde a alta densidade tecnológica implica funções exercidas por sujeitos que passarão pelas instituições de ensino superior.

A ciência não se desenvolve a partir de uma lógica própria permanente, o tipo de direcionamento e mesmo os recortes de pesquisa com os quais se preocupam os cientistas na atualidade (e ao longo do desenvolvimento do capitalismo) são engendrados pelas exigências objetivas do desenvolvimento do processo de produção capitalista. Dessa maneira, esclarece-se que:

Toda sociedade tem a ciência que lhe é útil e necessária para conservar o sistema vigente. É impensável que venha a produzir outra, que de modo algum lhe interessaria, pois a faria correr o risco de quebra da estrutura existente, pela introdução de novos produtos culturais, especialmente novas concepções ideológicas sobre sua própria realidade [...] A liberdade de criação científica está diretamente dependente da liberdade concreta de todos os homens no âmbito da comunidade (VIEIRA PINTO, 1979, p.150).

Trata-se de uma ciência que corresponde a uma ordem social historicamente determinada, assim, os obstáculos estão colocados sobre os pilares objetivos de determinações contraditórias. A afirmação de Marx nos Grundrisse contribui para mapear as implicações envolvidas entre a ciência e o desenvolvimento das forças produtivas:

O desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social geral, conhecimento, deveio força produtiva imediata e, em consequência, até que ponto as próprias condições do processo vital da sociedade ficaram sob o controle do intelecto geral e foram reorganizadas em conformidade com ele (MARX, 2011, p.589).

O trajeto pelo qual a ciência se torna força produtiva imediata é concebido de maneira subordinada à lógica produtivista pautada pelo tempo mínimo e não de acordo com sua utilidade social, assumindo, portanto, a funcionalidade específica que movimenta a valorização do capital, evidenciando, sobretudo no marco do capitalismo contemporâneo, a progressiva perda de conteúdo das atividades humanas – constatação estranha para uma sociedade que se supõe racional (GONÇALVES, 2012). Essas mudanças operadas no âmbito do processo produtivo interferem na organização da ciência, bem como da própria Universidade,

[...] Hoje, ela forma a mão de obra destinada a manter nas fábricas o despotismo do capital; nos institutos de pesquisa, cria aqueles que deformam dados econômicos em detrimento dos assalariados; nas suas escolas de direito, forma os aplicados de legislação de exceção; nas escolas de medicina, aqueles que irão convertê-la numa medicina do capital ou utilizá-la repressivamente contra os deserdados do sistema. Em suma, trata-se de “um complô de belas almas” recheadas de títulos acadêmicos, de doutorismo substituindo o bacharelismo, de uma nova pedantocracia, da produção de um saber a serviço do poder, seja ele de que espécie for (TRAGTENBERG, 2004, p.12).

Nesse processo o Estado irá definir o que seja hierarquia, eficiência e especialização universitárias direta ou indiretamente pelas agências financiadoras, convertendo a ciência em um pressuposto do capital, no qual a eficácia da ideologia do poder burocrático se constituirá no principal meio de reprodução. Assim a Universidade acaba por ser controlada em sua função pedagógica pela burocracia, tendo sua função de pesquisa e outras questões redefinidas fora de seu meio.

Mészáros (2005), ao nos oferecer uma reflexão sobre os limites e os equívocos das visões liberais e utópico-liberais da educação afirma que:

Não surpreende, portanto, que mesmo as mais nobres utopias educacionais, anteriormente formuladas do ponto de vista do capital, tivessem de permanecer estritamente dentro dos limites da perpetuação do domínio do capital como modo de reprodução social metabólica. Os interesses objetivos de classe tinham de prevalecer mesmo quando os subjetivamente bem intencionados autores dessas utopias e discursos críticos observavam claramente e criticavam as manifestações desumanas dos interesses materiais dominantes. Suas posições críticas poderiam, no limite, apenas desejar utilizar *as reformas educacionais* que propusessem para remediar os piores efeitos da ordem reprodutiva capitalista estabelecida sem, contudo, eliminar os seus *fundamentos causais* antagônicos e profundamente enraizados (MÉSZÁROS, 2005, p. 26).

Nessa direção Mészáros conclui que essa época de crise estrutural do capital é também uma época histórica de transição de uma ordem social existente para outra, qualitativamente

diferente. Assim essas são as duas características fundamentais que definem o espaço histórico e social dentro do qual os grandes desafios para romper com a lógica do capital, e ao mesmo tempo traçar estratégias para uma educação que vá além do capital. Dessa forma, entende-se que a nossa tarefa educacional é simultaneamente, a tarefa da transformação social, ampla e emancipadora.

Em texto publicado no Caderno ABESS, do ano de 1986, o José Paulo Netto, convidado a falar sobre “Teoria, método e história na formação profissional”, aborda a necessidade de extrapolar o quadro profissional para a realização dessa análise, e assim inicia problematizando o cenário mais amplo, o qual ele pontua a partir de três crises: i) crise universitária; ii) crise político-econômica do capital; iii) e crise do conhecimento. Em seus termos:

A instituição na qual nós operamos como a principal agência de formação, passa por um processo de corrosão interna muito séria. Os quadros do nosso conhecimento social também sofrem esta corrosão e estamos numa realidade sócio histórica que, no mínimo, é muito problemática. (NETTO, 1986, p. 45)

A crise a qual Netto (1986) se refere está no quadro mais amplo das consequências da reestruturação da acumulação capitalista a partir da década de 1970.

Esse período, segundo Harvey (1992) é marcado por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, por uma enorme mobilidade geográfica do capital e por alterações significativas no consumo. O autor assinala a passagem de um sistema com características de produção rígida (fordismo) e com um suporte de políticas sociais (keynesianismo) de estímulo ao consumo de massa, para um sistema que ele denomina *acumulação flexível*, o qual altera tanto a lógica do consumo como o sistema político-social e cultural anterior. Harvey (1992) acredita que “há algum tipo de relação necessária entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação do capital e um novo ciclo de compressão do tempo-espaço na organização do capitalismo.” (HARVEY, 1992, p. 7).

Percebemos que as transformações societárias que ocorreram nesse período tiveram rebatimentos em todas as esferas da vida social, tendo suas manifestações no campo do conhecimento, das ideias e dos valores, aspecto que nos interessa aqui, posto que a Universidade é uma instituição importante para a reprodução dos valores societários, valores que são refuncionalizados a partir desse período, e da ascensão da *pós-modernidade*.

A pós-modernidade está intimamente relacionada a um novo tipo de hegemonia ideológica nesse estágio do capital globalizado. Fundamentada nas teorias do fragmentário, do efêmero, do descontínuo, fortalece a alienação e a reificação do presente, fazendo-nos perder de vista os nexos ontológicos que compõem a realidade social e distanciando-nos cada vez

mais da compreensão totalizante da vida social. O pós-modernismo seria, no dizer de Coutinho (2006, p. 111-113), uma “combinação de irracionalismo e de miséria da razão”, representando “a superestrutura ideológica da contrarreforma neoliberal” que vivemos na contemporaneidade. Por isso, não se esgota no campo teórico, mas invade as formas de pensar, impõe modelos, participa não só da produção de mercadorias, mas também da produção de relações sociais, de formas de consciência social enquanto princípios articuladores de uma visão de mundo. (SIMIONATTO, 2009, p. 94).

Dessa forma a pós-modernidade surge imbricada à atual crise capitalista e caracteriza-se em oposição às teorias sociais modernas, ou as chamadas metanarrativas, a grande polêmica dirige-se principalmente contra o marxismo, compreendido equivocadamente como método determinístico e insuficiente para captar as novas alterações da vida social. Nesse interim a razão dialética é colocada em xeque, cedendo lugar ao irracionalismo e ao relativismo. A produção do conhecimento passa a centrar-se nas práticas discursivas, bem como no superdimensionamento do cotidiano, na tematização dos “novos sujeitos sociais”, no campo das ciências sociais desencadeiam metodologias enraizadas em abordagens individualistas e culturalistas, pois assim possibilitaria uma maior aproximação com o mundo vivido por esses sujeitos (SIMIONATTO, 2009).

A pós-modernidade propõe em seu raciocínio o abandono da totalidade e o reconhecimento da hiper-positividade nos termos de Santos (2007), favorecendo um clima de “vazio ideológico” expresso na ausência de um projeto societário, que se oponha ao hegemônico. A construção teórico-metodológica da pós-modernidade emerge a partir de determinada interpretação da realidade contemporânea marcada por significativas alterações, entretanto a percepção dessas alterações é fundamentalmente aparente, uma vez que as descreve como uma série de problemas componentes da denominada “crise da modernidade”, sem adentrar em sua essência. Essa superficialidade analítica possui um caráter conservador, sendo funcional à ordem burguesa (SANTOS, 2007).

Cueva (1989) analisa que as transformações na acumulação do capital provocaram mudanças na cultura ocidental, nesse período, no qual se observou a ascensão do pensamento antidemocrático, antipopular e antiprogressista, num quadro que nomeou “tempos conservadores”. Escorsim Netto (2011) nos auxilia na compreensão do pensamento conservador, desde sua origem e funcionalidade:

Enquanto recusa original da ordem burguesa, o pensamento conservador propôs-se como projeto restaurador, antirracionalista e antidemocrático, rechaçando a cultura da Ilustração e os traços mais salientes da Modernidade (autonomia do indivíduo, secularização, industrialização, urbanização), em defesa de valores e instituições pré-capitalistas. Depois de 1848, o conservadorismo, confrontado com a *questão social* e o movimento

socialista revolucionário de base operária, rendeu-se à irreversibilidade do desenvolvimento capitalista e assumiu uma perspectiva especialmente contrarrevolucionária, oferecendo alternativas reformistas para preservar a ordem estabelecida e, incorporando, em sua tendência predominante, a racionalidade instrumental-positivista, mobilizou-se para elaborar a representação teórico-metodológica da sociedade burguesa. (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 69).

De acordo com os estudos de Escorsim Netto (2011), o *conservadorismo clássico* (que vai desde a Revolução Francesa -1789- à Primeira Guerra Mundial -1914) se refuncionaliza a partir de 1848⁷. Deste modo segundo Lara (2013), o medo do movimento revolucionário de 1848 interrompe o ciclo progressista da burguesia e de suas possibilidades teóricas em dar respostas que expressassem a visão de mundo do projeto burguês em ascensão, pois sua perspectiva teórica se choca com os limites do projeto de sociedade. A partir de 1970, surge renovado o *conservadorismo contemporâneo*, o qual apesar de deitar raízes sobre o primeiro, a configuração distinta e mais importante do atual é que “*ele não se apresenta como conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores*” (ESCORSIM NETTO, 2011, p. 16).

Lara (2013), ao resgatar a categoria decadência ideológica reafirma a centralidade da crítica marxiana como resistência teórico-ideológica necessária frente à elaboração do conhecimento ancorado na difusão de metodologias particulares que negam as categorizações

⁷ Segundo Queiroz (2008), na transição do feudalismo para o capitalismo, os pensadores progressistas da burguesia em ascensão estavam interessados em compreender corretamente a dinâmica das relações sociais dessa nova sociedade que nascia das entranhas do Antigo Regime, sendo que consideravam-na qualitativamente melhor que a sociedade feudal. Muitos autores iluministas serviram de arma ideológica contra o Absolutismo e as instituições do Antigo Regime, no processo de construção do domínio de classe burguês. Em seus termos: “Nesse sentido a cultura ilustrada, expressão da ascensão burguesa, configura no plano das ideias o chamado *Programa da Modernidade*, que condensa um projeto de emancipação humana que vinha sendo construído desde o período renascentista. Ora, uma vez realizada a Revolução burguesa, possível graças à conjuração de forças entre a burguesia e os outros segmentos que compunham o chamado Terceiro Estado, efetivou-se apenas a emancipação política, que, em todo caso, representou um gigantesco avanço no sentido da emancipação humana. Mas à concretização da emancipação humana se impôs objetivamente um limite absoluto, um limite próprio ao regime burguês, ou seja, a conversão da igualdade jurídico-formal em igualdade econômico-social, e sem esta não é possível a emancipação humana. Entre 1825, quando se manifesta na Inglaterra a primeira crise econômica capitalista, e 1848, quando explodem por toda a Europa revoluções de cunho democrático-popular, desenha-se uma radical mudança da relação que com a cultura ilustrada manteve a burguesia no seu período revolucionário. A burguesia renuncia aos seus ideais emancipatórios e passa a buscar a conservação do regime explorador que estabeleceu, reprimindo violentamente os levantes populares; nesse momento está se cristalizando o novo antagonismo de classes: burguesia conservadora e proletariado revolucionário, ou seja, trata-se da contradição insolúvel entre capital e trabalho. Dessa forma, a burguesia torna-se uma classe conservadora e agora seus representantes ideológicos não mais afirmam a subordinação do real a um sistema racional que possibilita o conhecimento e domínio de tal realidade, podendo ser apreendido pelo pensamento (como era defendido quando sua situação histórica era revolucionária). Agora a burguesia interessa-se em perpetuar o *status quo*, e para tanto forja a justificação teórica do existente, num movimento que se distancia da possibilidade de apreensão objetiva e global da realidade, uma vez que as expressões ideológicas burguesas nesse momento buscam não desvendar, mas encobrir as contradições que seu domínio de classe acarreta, visando a reprodução do existente.” (QUEIROZ, 2008, p. 1-2)

teóricas (racionalidade, sujeito, história, emancipação, humanidade e progresso) da tradição moderna. Por isso afirma que

Em oposição às teorias que objetivam justificar a acumulação capitalista e naturalizar a exploração da força de trabalho, a categoria decadência ideológica oferece importantes elementos para a compreensão das ideologias que se propõem neutras e antionológicas, presentes no pensamento social com seus apelos ao fragmentário, ao efêmero e, principalmente, ao esquecimento das análises sobre a luta de classes, o trabalho alienado, a propriedade privada dos meios fundamentais de produção, a revolução social. Várias ramificações das ciências do espírito esforçam-se para desenvolverem tradições científicas apoloéticas e, em consequência, um discurso ideológico que busca, a qualquer custo, justificar as contradições sociais e negar uma “*concepção da História que veja na luta de classes a força motriz do desenvolvimento e no capitalismo uma forma social transitória*” [LUKÁCS, 1968]. (LARA, 2013, p. 92).

A decadência ideológica anunciada por Marx e Engels e analisada por Lukács se caracteriza como o período marcado pela tentativa de os ideólogos burgueses produzirem conhecimentos que têm como premissa a evasão social, deformada em sentido subjetivista e místico com explícitas intencionalidades de conservação da ordem do capital.

A ascensão de um paradigma ídeo-teórico e cultural pós-moderno é próprio dos “tempos conservadores” citados por Cueva (1989), e tem rebatimentos sobre a Universidade. Dissemos anteriormente que Netto (1986) elencou três crises para nesse quadro inserir a problemática da formação profissional em Serviço Social. Importa aqui retomarmos essa análise, pois Netto (1989) reflete ali que a Universidade é um momento, um cristal desse quadro:

No entanto, não é o cristal determinante. A contribuição específica que a Universidade pode dar é *a contribuição na constituição de uma nova cultura* - entendendo-se cultura como um espectro muito amplo, não no seu conceito antropológico. *Tratar-se ia de a Universidade investir-se como construtora de novas visões de mundo* (NETTO, 1986, p. 45, grifo nosso).

Nesse sentido, cabe a análise do sociólogo brasileiro Florestan Fernandes, o qual, ao analisar os padrões de dominação externa que sofrem os países da América Latina, evidencia que as influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não somente através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também por meio da incorporação direta de algumas fases dos processos de crescimento econômico e de desenvolvimento cultural (FERNANDES, 1973).

Sendo assim, a influência dessa dominação assume contornos particulares no desenvolvimento cultural dos países latino-americanos no condicionamento e reforço externos das estruturas econômicas arcaicas, necessárias à preservação do modelo de desenvolvimento baseado na transferência do excedente econômico das economias satélites para os países

hegemônicos.

2.2 Universidade e Capitalismo dependente: Particularidade da decadência ideológica na América Latina

O debate que preconizamos nesse momento não se dirige como indica Ribeiro (1978), aos que estão contentes com nossas sociedades e com nossas Universidades que as servem ou desservem. Escrevemos para os descontentes que estão predispostos a mudar a América Latina que existe para edificar aqui a primeira civilização solidária.

O papel da Universidade nas sociedades dependentes e seu lugar na luta contra o subdesenvolvimento há muito, transcendeu o âmbito das discussões intramuros de filósofos e pedagogos para interessar e mobilizar a todos. Para isso, questiona-se tanto a estrutura interna da Universidade como o caráter da sociedade em que está inserida, indagando-se como operam ambas para reproduzir o mundo em que vivemos tal qual é.

Ao iniciarmos esse debate, é contundente retomarmos as reflexões inauguradas no capítulo I desse trabalho, haja vista, a centralidade da análise crítica a respeito da formação ídeo-teórico e cultural dependente das sociedades latino-americanas, compreendendo que esse processo segue muito atual, do ponto de vista da tendência ao caráter colonial da estrutura política e pedagógica da Universidade.

É imprescindível esclarecer que quando nos referimos à expressão *eurocentrismo*, estamos fazendo menção ao saber colonizado, principal marca das Universidades latino-americanas, que se evidencia no plano teórico, pela importação mecânica de modelos estrangeiros para a compreensão de nossa realidade e o conseqüente desprezo pela produção intelectual local. Deixamos a nossa própria realidade ser o objeto de trabalho de pesquisadores estrangeiros, estes propõem-se a ensinar-nos o que somos e o que podemos chegar a ser. Nesse sentido, “la perspectiva eurocéntrica de conocimiento opera como un espejo que distorsionado que refleja. Es decir, la imagen que encontramos en ese espejo no es del todo quimérica” (QUIJANO, 2005, p.225).

Pretendemos ao problematizar tal categoria, chamar a atenção para a necessidade de pensarmos horizontes categoriais de análise fundamentados na realidade concreta do nosso continente, conduzir a análise ao importante terreno da história, remetendo ao entendimento de que o desenvolvimento da América Latina é singular, e sua apropriação crítica é primordial para o entendimento das peculiares contradições que encerra. Não se trata de abandonar as

teorias sociais advindas da Europa ou propriamente o marxismo como se a universalidade de seu pensamento não coubesse na conduta anti-eurocêntrica, pelo contrário significa sobretudo assimilar e continuar criticamente a sua concepção da história e suas análises do capitalismo.

A análise de Aníbal Quijano (2005) utiliza a categoria “eurocentrismo”, refletindo de que se trata de uma construção ideológica que corresponde ao capitalismo, e desse modo, tem como missão, homogeneizar uma visão ídeo-teórica de mundo e de vida, desde um determinado padrão de desenvolvimento, com o objetivo de ocultar a natureza do capitalismo. Em suas palavras:

La modernidad y la racionalidad fueron imaginadas como experiencias y productos exclusivamente europeos. Desde ese punto de vista, las relaciones intersubjetivas y culturales entre Europa, es decir Europa Occidental, y el resto del mundo, fueron codificadas en un juego entero de nuevas categorías: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico-científico, irracional-racional, tradicional-moderno. En suma, Europa y no-Europa. Incluso así, la única categoría con el debido honor de ser reconocida como el Otro de Europa u “Occidente”, fue “Oriente”. No los “indios” de América, tampoco los “negros” del África. Estos eran simplemente “primitivos”. [...] Esa perspectiva binaria, dualista, de conocimiento, peculiar del eurocentrismo, se impuso como mundialmente hegemónica en el mismo cauce de la expansión del dominio colonial de Europa sobre el mundo. (QUIJANO, 2005, p. 211)

Ao pautarmos no debate teórico-acadêmico o tema da Universidade na relação com o capitalismo dependente, portanto, nosso horizonte de trabalho técnico-científico recai sobre o debate da Universidade para além dos limites da democracia liberal burguesa. Trata-se de pensar em termos contemporâneos, a função da Universidade pública na América Latina, bem como analisar, histórica e conjunturalmente, suas possibilidades no que se refere à necessária constituição de uma nova cultura, tal como referenciado por Netto (1986), em um contexto dependente nos termos de Marini (2000) e Fernandes (1973), considerando tanto as implicações históricas da dependência para a configuração ídeo-teórica das ciências sociais na América Latina (Ramos, 1995; Vieira Pinto, 2008; Quijano, 2005), quanto os ares pós-modernos, os quais refuncionalizam o conservadorismo na contemporaneidade.

Uma sociedade em crise leva a crise para todas as instituições chaves. Nestas instituições, a crise torna-se, frequentemente, mais grave e destrutiva. “Acobertada pelos muros do silêncio e pelos interesses acomodados, a crise lanha o corpo e penetra até ao coração e ao cérebro do organismo, apesar da aparência de vida, de crescimento normal e de exuberância fisiológica” (FERNANDES, 1986, p. 27).

Ribeiro (1978), ao analisar a crise que se defrontam as Universidades modernas, argumenta que essa, se apresenta sob múltiplas formas que permitem caracterizá-la como

conjuntural, política, estrutural, intelectual e ideológica. Nas Universidades de capitalismo central, esta crise assume a forma de traumas provenientes de tensões resultantes de inovações nas atividades produtivas e nos serviços, que absorvem conteúdos técnico-científicos cada vez mais ponderáveis, exigindo, uma preparação de nível superior para toda a força de trabalho. Entretanto, nas nações periféricas, os sintomas dessa crise se apresentam como efeitos reflexos, entre os quais, o de desafiar suas Universidades a realizarem a tarefa de auto-superação de suas deficiências para o domínio de um saber novo, ou ver aumentar progressivamente sua defasagem histórica em relação às nações desenvolvidas.

Por essas razões, o problema da crise da Universidade latino-americana deve ser exposto em termos mais precisos:

É preciso um empenho profundo na autonomização cultural, uma visão clara e firme de que a “revolução pelo conhecimento e pela educação” exige que se articule investigação científica criadora, invenção tecnológica, filosófica, pedagógica, literária e linguística com processos substantivos de mudança econômica, cultural e política. A Universidade não constitui uma instituição isolada. Ela é parte dos processos globais de organização e transformação da sociedade. Se os que militam nos quadros humanos da Universidade perderem isso de vista, correm o risco de serem segregados e de deixarem, em consequência, a condução da vida cultural nas mãos daqueles que veem a mudança cultural como uma ameaça política intolerável (FERNANDES, 1984, p.12- 13).

Portanto, trata-se de saber se é possível planejar uma Universidade que seja fator da transformação estrutural em sociedades cuja classe dominante não deseja mais do que a modernização reflexa como denomina (RIBEIRO,1978), consolidadora de seu domínio. Ao mesmo tempo, questiona-se, quais são as exigências que recaem para as ciências sociais neste processo?

Vieira Pinto (1986) afirma que a Universidade desempenha, infelizmente, um papel de triste relevância na representatividade das forças declinantes, pois cabe a Universidade dos países dependentes ser o principal instrumento de alienação cultural, nesse sentido desempenha suas funções nas únicas condições objetivas que lhe são então oferecidas, procriando as gerações das classes econômicas e culturalmente dominantes, sendo assim

[...] queremos destacar que nossas universidades são, provavelmente, muito mais eficazes como agências de preservação do *status quo* do que seria necessário. Em consequência, tem em si, grande margem de ação renovadora. Isto pressupõe que nossas responsabilidades na manutenção do atraso em nossos países sejam maiores do que gostaríamos de admitir. De fato, em nossas universidades formou-se a maior parte dos quadros da classe dominante que conduziram a América Latina pelo descaminho da atualização histórica, enquanto outras nações, surgidas posteriormente, se nos adiantaram, progredindo pela via da aceleração evolutiva (RIBEIRO, 1978, p.31).

As grandes estruturas universitárias modernas podem ser definidas como produtos da vida de seus povos, como resultantes de sequências históricas especiais. Segundo Ribeiro (1978) aos países dependentes cumpre enfrentar a tarefa completamente diversa a essa, no sentido de criar uma Universidade capaz de atuar como motor do desenvolvimento, ou seja, criar uma estrutura universitária que não seja reflexo do desenvolvimento alcançado pelas sociedades⁸.

A tarefa que relegamos as Universidades das sociedades periféricas é uma tarefa realizável, pois as instituições sociais não só contribuem para manter as estruturas em que se inserem como podem aspirar também, em certas circunstâncias, a alteração dessas estruturas, sendo assim os poderes modeladores da sociedade sobre as Universidades não são meramente mecânicos. Em vista disso, a classe dominante não pode mais contar tranquilamente com a Universidade como foco das concepções alienadas que favorecem o seu domínio, esse fator liga-se principalmente pela presença cada vez maior de estudantes que querem a Universidade não para se doutorarem, mas para adquirirem conhecimentos que os qualifiquem para o trabalho futuro, que terão que produzir. Sendo assim, a questão da responsabilidade intelectual e do papel político do universitário se cruza, hoje, necessariamente, segundo Fernandes (1975), com o socialismo revolucionário e o que ele representa para a liberação de todo um povo. Não se pode enfrentar tal questão com posições importadas, *made in* Europa ou Estados Unidos, através das equações que desembocam em um ativismo intelectual abstrato e utópico.

O maior desafio com que defrontamos consiste na visão de Ribeiro (1978), em elaborar um modelo teórico de Universidade capaz de reverter o papel da mesma, dessa maneira Fernandes (1975), admite que a situação do ensino superior é tão grave que precisamos ter a coragem de romper completamente com a ordem educacional vigente, colocando de lado as soluções herdadas do passado remoto ou recente, que representa fator de inibição de qualquer processo profundo e radical de modificação educacional brasileira, devemos ter a ousadia de lançar as bases de uma política educacional adequada às condições da sociedade brasileira e aos nossos propósitos de autonomia nacional e de desenvolvimento

⁸ Ressaltamos que algumas análises de Ribeiro, à exemplo da que nos referimos aqui, foram criticadas em virtude de sugerirem que a criação de uma *Universidade capaz de atuar como motor do desenvolvimento* esteja se referindo a uma instituição funcional ao desenvolvimento capitalista e ao projeto das elites. Politicamente, Darcy Ribeiro atuou sempre no sentido da defesa da autonomia dos povos latino-americanos em definir os rumos do seu processo particular de desenvolvimento e teoricamente, suas análises corroboraram para nos brindar com uma explicação sobre as causas do subdesenvolvimento. Destacamos que nos apropriamos de suas análises, no sentido de fazer a crítica ao papel funcional da Universidade e também de assinalar sua potencialidade política, no bojo do desenvolvimento contraditório de nossas sociedades.

econômico, sociocultural e político, para o sociólogo cumprir fixar os caminhos de nossa revolução educacional.

Marini e Speller (1977), ao analisar a Universidade brasileira no marco do processo econômico e social do país, tecem algumas considerações de caráter geral, em relação à função da Universidade na sociedade capitalista contemporânea e sua relação com o Estado, com a intenção de compreender melhor o papel que cumpre o sistema educativo superior no Brasil.

Como instituição funcional ao sistema de dominação, a Universidade, para esse pensador, cumpre na sociedade burguesa três funções principais, sendo elas: a primeira é a de reprodução das condições ideológicas nas quais a burguesia assenta as bases de sua dominação de classe. Distinguem-se aqui dois níveis. Um primeiro nível está dado pela reprodução, na esfera da Universidade, da divisão do trabalho, da estrutura de autoridade e dos demais elementos constitutivos da dominação burguesa; num segundo nível, a reprodução do sistema de dominação que se dá pela transmissão dos valores ideológicos mediante os quais a burguesia legitima sua dominação - a análise de teorias pedagógicas burguesas nos mostraria como seu conteúdo e seus métodos respondem às fases que atravessa na história a dominação burguesa- no plano mais imediato é possível destacar o fato de que a Universidade transmite, de forma permanente, valores como o individualismo e a competição. É dessa forma que a Universidade reproduz permanentemente a separação entre trabalho manual e intelectual que impera no conjunto da sociedade, forma os quadros diretivos para a vida política e econômica.

A segunda função que cumpre a Universidade burguesa é de ordem econômica e se traduz na transmissão e mesmo criação, através da pesquisa, de técnicas de produção. A Universidade constitui um dos centros fundamentais de concentração da ciência e da técnica, com a finalidade do seu desenvolvimento e transmissão aos que deverão utilizá-las como meio para levar a cabo a exploração do trabalho em benefício do capital. A terceira função da Universidade burguesa, de caráter político, é a de ser um dos campos no qual a burguesia pode concretizar as alianças de classes que necessita para afirmar sua dominação.

Quando falamos do problema da Universidade, temos que levar em consideração a particularidade de sentido que a palavra tem para nós. Só possuímos de comum com a Universidade enquanto tal o simples nome, pois, o que para nós constituiu historicamente o conceito de Universidade é coisa tão diferente do que ocorreu na Europa que não nos é permitido pensar em termos gerais, como se as nossas Universidades e as europeias fossem por essência a mesma realidade. Importa-nos pensar em concreto e considerar o nosso caso

particular a luz da história da nossa formação nacional, onde em dado momento, começam a surgir as escolas superiores e onde, em época recentíssima, se configura a institucionalização do ensino superior brasileiro.

Este marco geral, que nos permite distinguir as funções ideológicas, econômicas e políticas da universidade burguesa, é perfeitamente aplicável à América Latina. Mais que isso, somente o desenvolvimento real da sociedade burguesa latino-americana leva ao surgimento de uma universidade desse tipo. Tal caracterização se verifica mesmo em países que, como o Peru e o México, contaram com instituições universitárias desde o começo da colonização, instituições que tem seguido a pauta da universidade feudal ibérica (a dupla origem da Universidad de México, real e pontificia, ilustra este fato com perfeição). Na medida em que essas sociedades ingressam à fase econômica de tipo capitalista, tais instituições vão se refuncionalizando, até se desprender da antiga pele colonial. Seria interessante, neste sentido, analisar as modificações sofridas pela educação superior no México no período do porfiriato, as vicissitudes da Universidad de México a partir de 1910 e seu ressurgimento sob uma forma modernizada, no período posterior a 1929, coincidentemente com a entrada da sociedade mexicana na etapa de pleno desenvolvimento capitalista, industrial (MARINI; SPELLER, 1977, p. 7).

De acordo com Bueno (2014) em artigo publicado na revista Caros Amigos em edição especial, a qual aborda a temática sobre Universidade, assinala que o ensino superior no Brasil desde seus primeiros cursos, nos tempos do império, centralizou-se na formação da força de trabalho especializada para suprir as necessidades de um governo e da economia nacional. A institucionalização e a organização das Universidades brasileiras desenvolveram-se em um longo processo, de séculos, para que então pudessem desenvolver uma educação de qualidade. Historicamente constata-se que as primeiras instituições com caráter de ensino superior foram implementadas no Brasil nos fins do século XVII no Rio de Janeiro, início do XIX na Bahia, Recife e Minas Gerais seguindo o modelo europeu. Com a chegada da corte portuguesa no país novas demandas surgiram e com isso necessidades de profissionais, basicamente nas áreas de medicina, engenharia, agricultura, artes e, mais tardiamente, direito.

As diversas regulamentações do ensino superior no Brasil acabaram por gerar inúmeras controvérsias na constituição das Universidades. Assim, a Universidade como a que conhecemos hoje, instituição de caráter multidisciplinar, de pesquisa e extensão, só foi mesmo instituída nos anos 1930. Sendo assim, a institucionalização do ensino superior é um fenômeno muito recente, do século XX.

Ribeiro (1978), ao estudar como se desenvolveu as Universidades Francesa, Inglesa, Alemã, Norte-Americana, Soviética e a Latino-Americana, constata que:

De fato, somos herdeiros de um legado e de um fardo. Um legado positivo-muito pouco utilizado- de antecedentes que mostram como, em certas circunstâncias, algumas universidades fizeram-se promotoras da renovação e

do progresso; e um legado negativo- o nosso fardo- implícito nos procedimentos pelos quais outras universidades foram levadas a atuar, principalmente, como agentes de consolidação do status quo. Até agora na América Latina, as universidades atuaram especialmente como agentes de manutenção da ordem instituída ou, no máximo, da modernização reflexa de suas sociedades. Colaboraram, pois, na tarefa de converter seus povos em consumidores, mais ou menos, sofisticados, de produtos da civilização industrial. Na qualidade de instituições repetidoras e difusoras de um saber já elaborado em outras partes, nossas universidades contribuíram para integrar suas nações à civilização industrial, como sociedades autônomas, porém para torna-las mais eficazes como entidades dependentes (RIBEIRO, 1978, p. 78- 79).

No tocante a herança dessas experiências estudadas pelo antropólogo Darcy Ribeiro, em matéria de organização universitária, nós latino-americanos recebemos e incorporamos certos aspectos deste fardo de caráter elitista, tão inglês ou alemão de nossas Universidades e a extraordinária capacidade desenvolvida entre nós de mascarar, com disfarces democráticos. Outra carga desta herança é o estilo autocrático com que são ainda exercidas as cátedras na maioria das Universidades latino-americanas.

A terceira carga negativa consiste no caráter burocrático de nossas Universidades, pois operam, muito seguidamente, como órgãos administrativos imbuídos de mentalidade burocrática, exercendo uma verdadeira ditadura junto aos órgãos dedicados à docência e à pesquisa contestando as razões científicas e acadêmicas com o peso de argumentos legais.

Evidentemente, a Universidade latino-americana é fruto de sua sociedade. Subdesenvolvida como a sociedade em que se insere, fundada como entidade alheia mediante projetos estrangeiros que se fixaram não para criar novas sociedades autônomas, dispostas a viver o próprio destino, mas para a satisfação de existência e de prosperidade das sociedades desenvolvidas. Deste modo,

Assim, foram criadas entidades nacionais de feição dependente, e culturas de caráter espúrio, cuja alienação hoje se reflete sobre a universidade através de uma consciência ingênua e externamente induzida sobre a realidade nacional e mundial. Isto significa que a universidade e sociedade deverão mudar juntas. Significa principalmente, a impossibilidade de projetar-se qualquer mudança na universidade e não ser em função da sociedade, com o objetivo de reforma-la para atuar como agente de transformação nacional no sentido mais favorecedor dos interesses majoritários da população (RIBEIRO, 1978, p. 83).

Em entrevista a Carta Capital Pepe Mujica (Presidente do Uruguai), declara que “a educação é um componente imprescindível para uma sociedade melhor, mas com isso não chega”, reconhece que a formação universitária de caráter contemporâneo sofre e, em grande medida se encontra embebecida de capitalismo por todos os lados, tende a reproduzir ao mesmo tempo quadros intelectuais, acadêmicos que acabam afinal sendo funcionais para o próprio

capitalismo, não gera necessariamente intelectuais para uma sociedade diferente ou para que lutem por uma sociedade diferente (REDAÇÃO CARTA MAIOR, 2013).

Corroborando com o pensamento de Mujica, entendemos que a Universidade não é uma instituição neutra, é uma instituição de classe, na qual essas contradições aparecem, entretanto, para suplantar esses fatores, ela desenvolve uma ideologia do saber neutro, científico, a neutralidade cultural e o mito de um saber objetivo, acima das contradições sociais, algo assim como um Estado bonapartista que, supostamente, estaria acima das classes sociais.

Ao estudarmos o tema da Universidade é fundamental localizarmos a sua função social para além de seu marco aparente - a qual cumpre o papel da produção do conhecimento em nome do atendimento à comunidade, é necessário evidenciarmos sua essência, onde sua transformação perpassa por uma tarefa que não é de natureza apenas jurídica, institucional e muito menos pedagógica, consiste na transformação de sua essência, convertendo-a de órgão socialmente alienado da realidade latino-americana em fator de transformação progressista dessa mesma realidade. Nesse sentido, é que estabelecemos o nexo da particularidade da Universidade na América Latina, assim como a sua delinquência acadêmica, entendida como:

A delinquência acadêmica caracteriza-se pela existência de estruturas de ensino em que os meios (técnicas) se tornam fins, os fins formativos são esquecidos; a criação do conhecimento e sua reprodução cedem lugar ao controle burocrático de sua produção como suprema virtude, em que “administrar” aparece como sinônimo de vigiar e punir - o professor é controlado mediante os critérios visíveis e invisíveis de nomeação; o aluno, mediante critérios visíveis e invisíveis de exame. Isso resulta em escolas que se constituem em depósitos de alunos, como diria Lima Barreto em cemitério de vivos (TRAGTENBERG, 2004, p.18).

É evidente que nas ciências sociais a marca da decadência ideológica vem sendo expressa pela ruptura radical operada no clima intelectual nas Universidades latino-americana, onde os professores universitários abandonaram as conquistas teóricas anteriores, alcançadas principalmente na década de 60 e 70, conforme expressamos no capítulo I desse trabalho, e assumiram sem inibição as “teorias” que simplesmente legitimavam a modernização capitalista em curso (OURIQUES, 2009).

Sendo assim, as condições para que as ciências sociais conquistem novamente a sua legitimidade intelectual e social neste período de crise podem ser expressas em cinco obstáculos a superar em um processo que será necessariamente longo, conforme Ouriques (2009) são eles: O primeiro é a *superação do padrão de trabalho acadêmico*, entre outras características, este padrão está marcado pela insensibilidade intelectual diante dos grandes problemas de nossa época. Essa falta de sensibilidade rende prestígio acadêmico porque supõe um tipo de intelectual cujo trabalho estaria destinado a “civilizar o conflito”.

O segundo obstáculo é que as ciências sociais na América Latina precisam superar o que foi denominado de “*agringalhamento*” da Universidade, fenômeno ocorrido após a adoção por parte de nossos professores de determinado comportamento político- intelectual típico de professor médio dos Estados Unidos. Este *agringalhamento* não é apresentado como tal; ao contrário aparece precisamente como a conquista de um padrão acadêmico internacional.

A *superação da especialização* constitui no terceiro obstáculo para que os cientistas cumpram relevante papel social na nova conjuntura latino-americana. A quarta carência das ciências sociais corresponde a sua *falta de rigor teórico-metodológico*. Preocupados em acompanhar a “moda” dos centros metropolitanos, os cientistas sociais do nosso continente se limitam em repetir as teorias de seus pares europeus ou estadunidenses. Finalmente o cientista social latino-americano não pode esquecer que está submetido, por condições concretas, resultantes do devenir histórico, ao permanente processo de *colonização intelectual*, assim como o *agringalhamento*, essa colonização não aparece como tal, mas assume inclusive formas que sugerem precisamente o oposto.

Constata-se que na experiência latino-americana, o período de maior vitalidade das ciências sociais ocorreu quando os intelectuais se debruçaram sobre os grandes problemas sociais do país. O debate sobre a dependência e o subdesenvolvimento, por exemplo, que tornou conhecido muitos intelectuais latino-americanos nos países centrais e em suas principais Universidades, não seria possível sem esta opção política adotada no interior das Universidades da região. Sendo assim, “não será possível superar a decadência programada da universidade latino-americana sem que os universitários de nossa região sacudam de seus ombros esta carga considerável de colonialismo travestida de universalismo”. (OURIQUES, 2009, p. 37).

Como visto até o momento, pressupomos que a Universidade – por ser determinada das condições históricas e estruturais que conformam o subdesenvolvimento e a dependência – é também determinante no sentido de assegurar o comando ideológico da classe dominante, porque a ela incube a pedagogia que satisfaz aos atuais detentores da autoridade política, contendo nos devidos limites a expansão das forças populares que lhes possam disputar o poder. Por outro lado, como determinante e determinada nessa estrutura social, a Universidade também está em permanente movimento e em disputa, na dialética da luta de classes.

Em face do papel que cumpre a Universidade nas sociedades dependentes, Vieira Pinto (1986), aponta que aos estudantes cabe evidentemente a tarefa de transformar essa

instituição, pois são eles os primeiros a empreender a luta pela democratização da Universidade, contra suas estruturas anti-povo. A análise do autor põe em evidência o papel progressista do Movimento Estudantil, situando-o no centro do momento histórico do processo que então se caracterizava como pré-revolucionário.

Ao longo de nossa exposição buscamos estabelecer a relação da particularidade da decadência ideológica na trajetória da Universidade latino-americana expressa especialmente na essência dessa instituição, ao mesmo tempo, apontamos a necessidade de, por meio da organização estudantil e dos movimentos populares, atuar na busca por sua transformação, esse debate necessariamente perpassará o capítulo a seguir desse trabalho.

3 QUE REFORMA UNIVERSITÁRIA PARA QUAL PROJETO DE SOCIEDADE?

Neste último capítulo aspiramos problematizar as tentativas de renovação da Universidade latino-americana a partir da análise da reforma universitária de Córdoba em 1918 e a reforma operada no Brasil nos anos de 1968 a sombra do período arbitrário da ditadura civil militar. Desejamos ainda com essa análise responder os seguintes questionamentos: para quem servem as referidas reformas? Que projeto de Universidade e sociedade concebe?

Finalmente, discorreremos a respeito da atualidade do legado do manifesto de Córdoba, buscando como ponto de partida a conjuntura e o tempo histórico presente, pois acreditamos que tais experiências políticas contribuem como processos basilares de disputa contra hegemônica do projeto de Universidade e de sociedade vigente nesse início de século.

3.1 Reforma Universitária de Córdoba X Legado da Ditadura Militar

A Universidade latino-americana não está estagnada na forma tradicional que se cristalizou em seu surgimento, pelo contrário sofreu múltiplas mudanças, produzidas tanto por circunstâncias internas quanto externas, desse modo a principal força renovadora da Universidade latino-americana foi a reforma iniciada em Córdoba em 1918, essa reforma representa: “la iniciativa que más ha contribuido a dar un perfil particular a la Universidad latinoamericana. Nacida de la "entraña misma de América", como se ha dicho, tiene en su favor una aspiración de originalidad y de independencia intelectual, no siempre lograda” (BERNHEIM, 1999, p.122). Localizamos essa experiência compreendendo que ignorar os eventos desse período, significa perpetuar o desconhecimento da história das Universidades latino-americanas e seus esforços para adquirir um caminho próprio e legítimo.

Pensar e construir uma Universidade a partir da América Latina era um dos desafios que o movimento estudantil de Córdoba, na Argentina, defendeu em seu Manifesto de 21 de junho de 1918. A referida reforma trata-se de um marco na história das Universidades latino-americanas por ser pioneira na construção de um modelo institucional que atribuiu uma identidade e uma referência de atuação renovada no ensino superior. Dessa forma, Ribeiro analisa que:

O ideário da reforma, admiravelmente expresso no manifesto de Córdoba, correspondia, como era inevitável ao momento histórico em que ela se

desencadeou e ao contexto social latino-americano, cujas elites intelectuais começavam a ter consciência do caráter auto perpetuador de seu atraso em relação a outras nações, e das responsabilidades sociais da Universidade, reclamar um grau de modernização que a tornasse mais democrática, mais eficaz e mais atuante quanto à sociedade (RIBEIRO, 1978, p.122).

Um longo processo se passou desde as Universidades coloniais até a Reforma de Córdoba, no início do século XX. A concepção de Universidade, o papel da educação, as transformações científicas e a mudança das próprias sociedades servem como indícios para se pensar as estreitas vinculações entre a formação de uma elite intelectual e os processos políticos de cada país. A respeito das lutas em Córdoba, temos que:

En este estudio se postula que las luchas de Córdoba (1918) fueron las que más avanzaron en la concepción latino-americanista de la universidad y que, dialécticamente, es desde la agenda construida en el proceso iniciado en 1918 que pueden ser vislumbrados nuevos rumbos para la universidad, rompiendo la continuidad de la contrarreforma que pretende reconfigurar todo la educación en relación con la profundización de la condición capitalista dependiente que caracteriza el período actual (LEHER, 2010, p.21-22).

Segundo o pesquisador Bernheim (1999), o sistema universitário argentino, às vésperas do movimento de 1918, era composto por três Universidades nacionais (Córdoba, Buenos Aires e La Plata) e duas provinciais (Santa Fe e Tucumán). Em Córdoba, o movimento reformista ganhou corpo exatamente por contrapor-se a uma instituição mais tradicional e distante dos ideais defendidos pelos estudantes. A Universidade de Córdoba preservava ainda no início do século XX algumas das características do período colonial. A ligação com os jesuítas e a resistência a mudanças de procedimentos durante o período das lutas pela independência fez com que o conservadorismo fosse uma das marcas principais da Universidade e da cidade (FREITAS NETO, 2011).

A inquietação estudantil pode ser verificada antes da eclosão do movimento de 1918. Interferências do clero em atividades acadêmicas que expunham visões diferentes das preconizadas pela Igreja, por exemplo, passaram a ser vistas como impensáveis em uma sociedade republicana. Os estudantes da Universidade de Córdoba declaram uma Greve Geral estudantil, empreenderam ações diretas impedindo a votação de novos interventores e chegando mesmo a escolher e nomear as novas autoridades entre os seus representantes estudantis.

Rapidamente, o movimento ganhou o apoio dos estudantes de todas as Universidades argentinas. Foi nessa circunstância que o Manifesto foi redigido por Deodoro Roca em 21 de junho de 1918. O Manifesto é um texto vigoroso, ousado na defesa da resistência estudantil e

da luta heroica, dotado de pinceladas anti-imperialistas, contundente na crítica à imobilidade e ao autoritarismo da Universidade. A defesa da laicidade atravessa todo o Manifesto.

Organizado em 15 parágrafos, o Manifesto aborda três pontos centrais que se destaca: o diagnóstico da crise vivida pela Universidade de Córdoba; a afirmação do poder de renovação da juventude e suas propostas políticas; e as reivindicações reformistas propriamente ditas.

O cerne da reivindicação estudantil era em torno do exercício da autoridade universitária e a revogação de princípios que impediam, mais do que a participação na administração, o desenvolvimento acadêmico. O argumento da autoridade professoral era usado para inibir e controlar. Contra esse modelo, afirmaram os estudantes: “a autoridade, em uma casa de estudantes, não se exerce mandando, mas sugerindo e amando: ensinando.” A manutenção de regras que reforçavam a mera obediência, similar a um quartel, não tinha qualquer relação com um lugar em que se produz ciência, segundo o Manifesto. “Se não existe uma vinculação espiritual entre o que ensina e o que aprende todo ensinamento é hostil e, conseqüentemente, infecundo.”

Mantinha-se um ensino dogmático, com a repetição exaustiva dos mesmos textos e programas, impedindo o desenvolvimento da ciência e a introdução de novas disciplinas. A estrutura administrativa burocratizada, fechada em si mesma, não permitia a participação estudantil nas instâncias deliberativas da Universidade e ignorava seus anseios. Contra tal tríade os estudantes de Córdoba apelavam aos estudantes de toda América do Sul para que observassem como as demandas eram similares, assim como a tarefa que se impunha de reformar as Universidades a partir de uma bandeira comum: mudar os mecanismos administrativos, o ensino e a prática docente.

De acordo com Freitas Neto (2011) a reivindicação dos estudantes Argentinos, pode ser sintetizada nos seguintes pontos: a) coparticipação dos estudantes na estrutura administrativa; b) participação livre nas aulas; c) periodicidade definida e professorado livre das cátedras; d) caráter público das sessões e instâncias administrativas; e) extensão da Universidade para além dos seus limites e difusão da cultura universitária; f) assistência estudantil; g) autonomia universitária; h) Universidade aberta ao povo.

Ao passarmos a análise para as possibilidades de questionamento à Universidade tradicional no Brasil, retomamos, poucas décadas depois do Manifesto de Córdoba as propostas de reformas de base pré-1964 que, conforme Vieira Pinto (1986), a questão da reforma universitária brasileira constituía-se como uma dentre as reformas de bases pelas quais lutavam as forças progressistas naquele momento da vida política do país. O desfecho

dessas lutas foi o golpe militar de 1964 com o conseqüente fechamento político e o desmantelamento dos movimentos progressistas entre eles a organização estudantil, subsequente a isso, buscou-se ajustar a estrutura do ensino superior à nova ordem então implantada, ajustamento esse que assumiu como ordenamento jurídico através da lei 5540/1968 que ficou conhecida como lei da reforma universitária.

O golpe de Estado de 1964 evidencia de forma típica que o pensamento e o comportamento conservadores não cedem terreno no plano político. Implanta-se, em consequência uma estrutura de ensino que, através dos mecanismos do curso parcelado, regime de crédito, períodos letivos semestrais e matrícula por disciplina, se consagra a desmobilização estudantil na estrutura e gestão da Universidade. Com efeito, não mais organizados por turmas que permaneciam coesas durante todo o curso, ficaram os estudantes impossibilitados de se constituírem em grupos de pressão capazes de reivindicar as mudanças a respeito do ensino ministrado aos objetivos do curso, bem como, a consistência teórica e relevância social dos conteúdos transmitidos. Portanto, opostamente as propostas de Córdoba de 1918

[...] A reforma de 68 irá preocupar-se com uma universidade instrumental, fundada na “eficiência e produtividade”. Ela consolidará estruturalmente o poder burocrático que limitará a ação professoral aos parâmetros “permissíveis”. É uma reforma na realidade se traduz por uma restauração. Os mortos governam os vivos, dizia Comte; a isso agregamos: enquanto eles se deixam dominar, enquanto não emergem forças sociais que coloquem em xeque a universidade como aparelho de hegemonia, operando a dissociação entre o poder da razão e a razão do poder (TRAGTENBERG, 2004, p. 81).

Da estrutura departamental ao sistema de pós-graduação, passando pelos exames vestibulares, a base da estrutura universitária em vigor foi construída sob a ditadura; ou melhor, foi imposta à força, embora a essência desse desenho tenha sido elaborada por líderes docentes, e a pressão do movimento estudantil - ou o temor que ele despertava nos militares - tenha servido de contrapeso e evitado a aplicação de certas medidas pretendidas pelo Estado.

No contexto que pipocavam as ideias sobre a possibilidade de uma reforma universitária no Brasil, Fernandes (1975), considera que a presença maciça dos estudantes marcou uma alteração substancial nos objetivos e formas de atuação das correntes anteriores, pois essas colocavam a questão em termos de uma crítica abstrata da situação existente e de reivindicações ideais, defendidas apenas no plano das ideias.

Os poucos jovens atuantes não contavam com meios de ação para irem além dessa postura. Nesse sentido, os estudantes começaram propondo-se a reforma universitária como uma tarefa puramente interna e imanente à reconstrução espontânea da Universidade

brasileira. Todavia, a resistência da maioria do corpo docente, a inércia cultural da própria instituição e a apatia da sociedade brasileira diante da questão, conduziram os estudantes a radicalizarem suas exigências e a reformulá-las politicamente. Descobrimos que seria *impossível* mudar a Universidade sem transformar a sociedade.

Tendo compreendido que o problema da reforma universitária é primordialmente de caráter social e, portanto de execução política, fica desde logo excluída a perspectiva de análise e os comportamentos que procurassem equacioná-lo como problema interno dos estabelecimentos universitários, didático, de simples reorganização do ensino, de melhoria das instalações e tantos outros modos de concebê-lo. Nessa direção Álvaro Vieira Pinto elucida que:

[...] Toda formulação do problema da reforma em termos exclusivamente administrativos ou pedagógicos precisa ser repelida com energia como mistificação dos serviços da classe dominante, para, desde o primeiro momento, desviar a atenção das massas estudantis dos seus verdadeiros interesses, encaminhando-as para o debate de questões reais, não há dúvidas, mas secundárias, quando se tem de fazer em primeiro lugar é proceder à *concepção teórica do problema da reforma*, para daí deduzir as linhas de ação prática (VIEIRA PINTO, 1986, p.70).

Essa síntese sugere duas questões importantes. Primeiro, em comparação com outras sociedades latino-americanas, a reforma universitária surgiu, como movimento social, com relativo atraso no Brasil (como citado na Argentina, por exemplo, na década de 20 ela já levava às reivindicações quantitativas, qualitativas e produzia frutos legais).

Sendo assim, o meio brasileiro demonstrou menor maturidade intelectual e pequena vitalidade crítica. Mesmo depois da reforma universitária ser defendida até pelos círculos militares e empresariais, caindo no domínio da política conservadora, ainda revelamos profundas debilidades no delineamento das mudanças internas substanciais por que deve passar a Universidade brasileira. Segundo, em compensação, o movimento eclode com maior violência, como desafio às estruturas arcaicas e inclina-se, em suas tendências mais atuantes, a exigir a negação da ordem existente. Portanto, nasce com uma impregnação política que os primeiros movimentos latino-americanos de reforma universitária não possuíam (FERNANDES, 1975).

Para enfrentar o problema de que nos ocupamos nessa seção é decisiva a pergunta inicial, para nós, esse questionamento consiste em indagar “para quem” é necessária a reforma da Universidade? Somente depois dela respondida adquire sentido passar a pergunta imediata: “que Universidade” se deve instituir para por fim, nos indagarmos “como organizá-la”.

A questão “para quem?” procura saber em benefício de que classes e forças sociais deve estar organizada a Universidade. A instituição atualmente existente se encontra organizada sobre certos suportes: as relações de convivência internas e externas da burguesia dominante que nela acolhe estratos dessa mesma classe e das classes médias. Contudo, reformar a instituição significa exatamente passar ao serviço de novas classes, aquelas que até agora não foram beneficiadas, nem pensam em receber qualquer proveito da Universidade. Logo, somente depois de claramente definidas quais são as camadas sociais e as novas forças em proveito das quais deve ser reconstituída a Universidade é que podemos operar alguma transformação. De fato, a nova Universidade terá a finalidade, a ação e os comportamentos que convierem às classes a quem deve começar a servir, assim como a atual tem os que convêm àquelas a que deve deixar de servir.

A Universidade tende a ser o instrumento ideológico das forças sociais dominantes como afirmamos no capítulo anterior desse trabalho. Portanto, acha-se organizada em função das ideias dominantes nessas forças, entre as quais se conta as que se referem à natureza e fins da Universidade. Esta razão é decisiva pois, explica por que só é possível mudar a natureza e a função da Universidade mudando as forças sociais que a manipulam. Assim sendo, o problema fundamental se apresenta sob a seguinte interrogação: a Universidade deve continuar a servir aos interesses da atual classe econômica e politicamente dominante, ou deve se organizar em função dos interesses da classe trabalhadora?

É perceptível que a exigência da reforma universitária de 1968 é sentida de modo diferente pela classe dominante e pelas massas. Para a primeira, trata-se de organizar o ensino superior de maneira a satisfazer certas necessidades, mas sempre em condições que impeçam a Universidade de escapar ao seu controle e desobedecer aos seus fins. Para as massas, representadas pelos estudantes pobres e pelos representantes da autêntica cultura brasileira, trata-se de fazer a Universidade passar ao serviço das massas, convertendo-a em instrumento ideológico e em campo de ação prática para aniquilação do poder político da atual classe dominante. Enquanto as classes dominantes precisam da Universidade para se perpetuarem, as massas precisam dela para abrir caminho à sua ascensão histórica.

[...] O procedimento de que as classes dirigentes lançam mão para conservar a universidade em seu poder consiste principalmente, no terreno ideológico, em fazer crer que a exigência geral da reforma da instituição diz respeito apenas ao seu funcionamento, à sua organização interna, métodos de ensino, etc., que são as primeiras a reconhecer estarem atrasados, mal adaptados às exigências modernas e por isso necessitam realmente ser remodelados. Mas é vital para elas que a questão se restrinja a estabelecer novos critérios de trabalho, de investigação, de ensino, a criar novos tipos de universidades “funcionais”, “eficientes”, a construir gigantescas e confortáveis cidades

universitárias, a dotar melhor o pessoal instrumental científico, dar-lhes melhores bibliotecas, regime de tempo integral, etc., dar-lhes tudo isto que, realmente, tem importância, menos o essencial: a passagem do comando ideológico para as mãos das massas trabalhadoras, representadas pela esmagadora maioria de estudantes, oriundos das famílias operárias e por mestres que reflitam o pensamento dessas massas (VIERA PINTO, 1986, p. 73).

Nessa perspectiva, não haverá reforma da Universidade sem ruptura do processo de auto reprodução da classe dominante, pois esta sustenta e sempre tende a sustentar a Universidade, para que fabrique nova geração da mesma classe dominante. Nessa direção Vieira Pinto (1986) acredita que, só há uma reforma desejável, e só por ela tem os estudantes de lutar: para que a Universidade se abra a todo o povo, substitua os grupos nela dominantes por outros identificados com os interesses da classe trabalhadora.

Por isso não tem sentido qualquer teoria da reforma universitária que a dissocie do processo cultural geral do país, o qual, por sua vez, representa apenas o aspecto superestrutural do processo de seu desenvolvimento material e social. A reforma que se impõem é aquela que considera a Universidade como termo de um processo socialmente organizado, partindo das consciências das massas, como origem dos valores culturais, e finalidade do saber disponível. A Universidade necessita ser do povo, e não das elites, pois deve ser a suprema instância criadora do saber organizado do fecundo trabalho do povo.

Ao caracterizarmos brevemente o processo de reforma universitária no Brasil, retomamos a análise do movimento de Córdoba. O historiador Freitas Neto (2011), sustenta que a presença de Universidades no mundo hispano-americano remonta às origens do domínio colonial e é um registro das heranças culturais europeias no novo mundo, desse modo: “las Universidades latinoamericanas, como fiel reflejo de las estructuras sociales que la Independencia no logró modificar, seguían siendo los "virreinos del espíritu" y conservaban, en esencia, su carácter de academias señoriales” (BERNHEIM, 1999, p.104).

O caso do movimento de Córdoba permite-nos observar seus alcances e permanências nas Universidades latino-americanas. Na análise de Freitas Neto (2011), sustenta-se que um dos principais nomes da história intelectual argentina, Oscar Terán, afirmou que o movimento político-estudantil iniciado em 1918 foi um dos movimentos de alcances continentais mais exitosos em todo o século XX, ao ponto de que se teve que esperar até a Revolução Cubana para encontrar outro movimento de semelhantes proporções latinoamericanistas.

Como evidenciamos no percurso desse capítulo a reforma de Córdoba é considerada um marco na história das Universidades latino-americanas. No Brasil, é possível encontrar a

presença de ecos de Córdoba no movimento de reforma universitária brasileiro que se ampliou no início dos anos sessenta, havendo referências explícitas a ele no I Seminário Nacional da Reforma Universitária, realizado pela União Nacional dos Estudantes- UNE, em 1961, em Salvador, Bahia. As ideias de Córdoba também estão presentes nas jornadas de 1968, notadamente no México, em que centenas de estudantes foram executados em Tlatelolco, na épica greve da UNAM, em 1999, nas lutas dos “pingüins” no Chile e, de alguma forma, no escopo dos debates assinalados por Mariátegui, no ideário educacional presente na Escola Nacional Florestan Fernandes, do MST, na Universidade do Distrito Federal da cidade do México, na Universidade intercultural da Coordenação Nacional dos Povos Indígenas do Equador. As últimas ocupações estudantis das reitorias, como as da USP e das Federais no escopo da luta contra a reestruturação bolonhesa das Universidades federais, recuperam muito dos métodos de luta irradiadas por Córdoba.

Córdoba, ainda vive porque a luta por uma Universidade com acesso universal, com pesquisa e extensão, que sirva para o desenvolvimento do país a serviço do povo, são desafios que se fazem presentes, por isso há que seguirmos questionando e projetando uma Universidade que esteja conectada a seu tempo, combatendo os processos autocráticos que retiram direitos e avançam na contrarreforma universitária.

Entendendo a atualidade do legado de Córdoba, explicitaremos na sequência alguns eixos da conjuntura presente que reatualizam as reivindicações desde a juventude argentina de Córdoba aos homens livres da América.

3.2 Atualidade do Legado de Córdoba

O "grito de Córdoba no se ha extinguido” ainda está no ar conforme reconhece Bernheim (1999), não temos dúvidas, os ponteiros do relógio da história não param sobretudo no atual momento histórico das sociedades latino-americanas, onde as bandeiras de Córdoba voltaram a sacudir as Universidades, nesse sentido:

[...] Córdoba sigue siendo para nosotros, la reforma por antonomasia. Con ella entroncan todas las reformas posteriores. De lo que se trata ahora es de hacer arraigar la ciencia entre nosotros; de socializar la Universidad y volcarla a la nación entera; de formar a los universitarios al más alto nivel posible, con una conciencia social y crítica capaz de captar las causas de nuestro subdesarrollo y dependencia; de lograr la mayor eficacia en los servicios universitarios, a fin de que la Universidad esté en las mejores condiciones de dar el gran aporte que de ella esperan los pueblos latino-americanos para alcanzar su verdadera independencia y realizar su destino histórico (BERNHEIM, 1999, p. 127).

Como conquista mais relevante, a reforma de Córdoba trouxe às Universidades latino-americanas a autonomia universitária. Sua conquista foi fundamental para o desenvolvimento de nossas Universidades desde então. A renovada função social da educação superior defendida pelo movimento reformista, assim como a eleição das autoridades universitárias pela própria academia e o co-governo, são postulados que hoje encontram muitos entraves para a sua consolidação. Quase um século depois do manifesto de Córdoba, nossas Universidades continuam como sólidas colunas de sustentação de uma sociedade desigual, dependente.

Segundo Leher (2008), atualmente, a agenda e os métodos de luta de Córdoba são considerados anacrônicos para os setores dominantes e seus aliados dentro das Universidades, pois o tempo histórico atual estaria sendo impulsionado pela dita revolução científica e tecnológica que exige que a Universidade pública se desvincule de seus laços com o Estado e o direito público, conformando um modelo que não é nem napoleônico e tampouco humboldtiano. Os temas vindos de Córdoba são apresentados como resíduos de uma herança histórica a ser definitivamente apagada.

Neste contexto, não deixa de ser surpreendente que docentes e estudantes em distintos países latino-americanos reivindiquem como atuais os grandes eixos das lutas de Córdoba. As preocupações com a função social, o pluralismo, a liberdade de pensamento e a autonomia universitária vêm sendo sustentadas como temas prioritários, tendo em vista a crescente dependência das Universidades aos imperativos financeiros e institucionais particularistas. Tais imperativos direcionam as atividades universitárias de modo discriminatório, privilegiando as esferas mercantis e penalizam as pesquisas básicas, principalmente, as investigações motivadas pela necessidade de enfrentar os grandes problemas nacionais dos povos e, por isso mesmo, críticas ao padrão de acumulação em curso e à sua superestrutura ideológica.

Bernheim (1999), ao realizar um balanço crítico do movimento de Córdoba pontua que embora a reforma não tenha conquistado a mudança de nossas Universidades no nível que as circunstâncias exigiam, é inegável que deu passos positivos nessa direção. Sua ação centrou-se, principalmente, nos aspectos organizacionais da administração universitária, como garantia da democratização que se buscava. Foi menos eficaz no que diz respeito à reestruturação acadêmica da Universidade, que continuou respondendo ao padrão napoleônico. Contudo, em uma perspectiva histórica, Córdoba será o ponto de partida do processo em marcha da reforma que nossas Universidades tanto necessitam, processo que

deve nos conduzir a construir um modelo mais próximo a nossas necessidades, a nossos valores e a nossas genuínas aspirações democráticas. Neste sentido, Córdoba continua apontando o caminho: fortalecer nossa própria identidade para dar uma resposta a essas necessidades, extraindo deste movimento o que ele teve de autêntico e inspirando-nos em sua própria vocação latino-americanista.

Dessa maneira, questiona-se: existem nas lutas protagonizadas pelos movimentos sociais e estudantis do presente ecos dos ideais sustentados pelos reformistas? as respostas a essa indagação não são simples. Na análise de Leher (2008), como não foi possível forjar um movimento universitário latino-americano no escopo de movimentos anti-imperialistas mais amplos e persistentes no tempo, como queriam Mella e Mariátegui, os nexos dos movimentos do presente com o movimento derivado de Córdoba não podem ser imediatos. Contudo, examinando determinadas lutas atuais é inequívoco que não apenas persistam elementos centrais da agenda, mas também dos métodos radicais e criativos de lutas que guardam fortes similaridades com os de outrora.

Nessa direção articulamos esse nexo a partir de dois eixos da conjuntura atual, são eles: a declaração do presidente da CAPES sobre a contratação de docentes via Organizações Sociais e a imposição por parte do governo federal na adesão dos Hospitais Universitários a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Esses são exemplos de ataque à autonomia universitária e ao projeto de educação e de Universidade que os movimentos sociais e estudantis vêm ao longo de décadas combatendo, ou seja, a submissão da educação aos interesses do capital.

Vamos ao primeiro exemplo. No final do mês de setembro, uma declaração do presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Jorge Almeida Guimarães, chamou a atenção para mais um dos movimentos do governo federal de aprofundamento da mercantilização da educação, retirada dos direitos sociais e precarização das condições de trabalho dos servidores públicos: a intenção do Executivo Federal de criar uma Organização Social para a contratação de docentes para as Instituições Federais de Ensino, desrespeitando o Regime Jurídico Único (RJU) e a Constituição Federal (PORTAL EBC, 2014).

Naquela ocasião, em evento na Academia Brasileira de Ciências, Jorge Guimarães afirmou que os concursos públicos das Universidades seriam “um jogo de cartas marcadas”. Para “resolver” isso, com o objetivo de atrair jovens pesquisadores e professores estrangeiros, uma proposta de contratação docente via Organizações Sociais (OS) já contaria com a aprovação do Ministério da Educação e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Valendo-se da argumentação falaciosa de que o Regime Jurídico Único (RJU) contrata professores “por 30 anos e não manda ninguém embora”, e de que a OS garantiria e facilitaria a contratação de grandes pesquisadores estrangeiros, a Capes propõe, na verdade, a terceirização do trabalho dos professores das Instituições Federais de Ensino.

Entendemos que essa proposta é um grave retrocesso, com graves consequências para o ensino e a pesquisa nas instituições federais de educação superior que deve ser combatido de imediato por todos aqueles que defendem a educação pública de qualidade e o avanço da ciência e da tecnologia no país.

É incontestável que a proposta de criação de uma OS para contratação de professores e pesquisadores para as Universidades públicas representa, efetivamente, a destruição da carreira docente do ensino superior público. Ainda mais, ela insere um mecanismo que permite a privatização desse serviço público, da mesma forma que as OS's implementam esse processo junto ao SUS.

O anúncio feito pelo presidente da CAPES reforça a continuidade do processo de reforma do Estado iniciado no governo FHC e prosseguindo durante os governos de Lula e Dilma. Nesse sentido, entramos em nosso segundo exemplo, recorrendo à declaração de Paulo Rizzo, Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES/SN: “O princípio do Bresser Pereira é de que existe o público estatal e o público não estatal. Ele traz as formas do privado para a administração do público. Então, já temos hospitais do SUS que são geridos hoje por OS e usam-se essas organizações para introduzir o modelo de gerenciamento empresarial no serviço público” (ANDES, 2014).

Um dos exemplos importantes para compreender essa lógica é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. A EBSEH, que não é uma OS, mas sim uma Empresa Pública de Direito Privado, foi criada após o TCU (Tribunal de Contas da União) questionar a contratação de trabalhadores dos HU's por fundações. O TCU exigiu do governo que fizesse concursos públicos e, ao invés de realizar as seleções via concursos públicos, o governo criou uma empresa para administrar os hospitais. E o que o governo ganha, supostamente, com isso? Ele subtrai da sua responsabilidade a parte gerencial sobre essas organizações, os hospitais, e, no caso da educação, também vai poder fazer isso.

A prática autoritária e autocrática segue ferindo o princípio de autonomia universitária, inclusive nos processos recentes de adesão à EBSEH. O avanço desse conjunto de medidas tem como objetivo a redução da utilização do fundo público para a garantia dos direitos sociais e ampliação expressiva da transferência de recurso público para o capital financeiro. A desproporcionalidade entre percentuais aplicados em políticas públicas que representam

direitos sociais e percentuais repassados para o capital, sobretudo para o capital portador de juros, que já é enorme, e a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores estão em vias de serem aprofundadas. Dessa forma, atualmente o que vemos é uma intensificação da ofensiva contra os direitos, conquistados a duras penas, do povo brasileiro, em benefício de grandes monopólios nacionais e internacionais.

Com o objetivo de administrar e gerir todos os hospitais universitários federais do Brasil, desvinculando estes das Universidades, desde a sua criação a EBSEH vai contra o artigo 207 da Constituição de 1988, ferindo a autonomia universitária de gerir seu próprio HU. Nesse sentido, embora cada Universidade possa teoricamente optar em abrir mão da administração dos Hospitais com a adesão à Empresa, a pressão e chantagem exercidas junto às administrações das Universidades, combinada com a extinção da diretoria de HUs do Ministério da Educação (MEC) mostra que na prática a EBSEH abre uma ferida na já fragilizada autonomia universitária (COMITÊ ESTUDANTIL EM DEFESA DO HU 100% PÚBLICO, 2014).

Sabe-se que o Hospital Universitário é mais do que um centro de referência clínica e hospitalar nas diferentes regiões do país. Ele é parte integrante de uma Universidade pública federal, portanto espera-se que seu funcionamento seja pautado pelo tripé “ensino, pesquisa e extensão” socialmente referenciados. Os HU’s são imprescindíveis para a formação acadêmica dos estudantes. Além da autonomia didático-científica ficar comprometida nas mãos dessa empresa, o caráter de hospital escola será seriamente ameaçado. Uma dimensão analítica importante é atentar que os profissionais formados nesse modelo privatista de Universidade também sofrem as consequências desse processo, ao passo que ao sair do ensino superior para o mercado de trabalho, encontra postos que operam cada vez mais na lógica restritiva de direitos.

Essa tendência que aparece como “novos modelos de gestão”, na essência promove a entrega do patrimônio, bens, serviços, servidores e recursos públicos para entidades privadas. Trata-se de um projeto privatista, segundo Bravo (2011) hegemônico no Brasil a partir da segunda metade da década de 1990, o qual se contrapõe ao projeto da Reforma Sanitária, construída nos anos 1980 pela classe trabalhadora organizada em partidos, grupos e movimentos sociais.

Do ponto de vista da Universidade pública, inferimos que referido projeto privatista se contrapõe ao projeto da Reforma de Córdoba, o qual possui uma enorme atualidade já que, acima de todas as coisas, constitui um contundente discurso ético e público sobre nossas Universidades e suas práticas cotidianas. Construir a Universidade como um valor

imprescindível na luta contra a opressão e a injustiça nos ajuda a recuperar o valor que abandonaram nossas instituições de educação superior em um momento no qual as desigualdades e a exploração se transformaram em dados aparentemente irrelevantes. A Universidade constrói valores e, ao fazê-lo, constrói a si mesma como aparelho de reprodução do autoritarismo ou como espaço público de produção e invenção de utopias.

Em 1918 eram gestados os traços de uma utopia de emancipação e revolta, herança que seria recuperada cinquenta anos mais tarde, quando em 1968, nas barricadas de Paris, Praga, México, os estudantes voltaram a tomar as ruas, clamando por justiça e igualdade. Não há dúvidas de que os tempos mudaram e, em um tremendo paradoxo. Talvez hoje, mais do que nunca, a Universidade possa nos ajudar a imaginar alternativas. Isso supõe, em primeiro lugar, que aqueles que entendem esse compromisso nas instituições acadêmicas sejam capazes de pensar a partir criticamente desde nossa própria realidade. A Universidade não poderá contribuir para pensar uma sociedade qualitativamente diferente se ela não assumir o desafio político de mudar a si mesma.

É provável que, sem dúvida alguma, os insumos para que isso aconteça não estejam hoje tão visíveis e definidos como no passado. É possível que estejam dispersos e fragmentados. Entretanto, o legado de esperança da luta de Córdoba é que as utopias sempre existem e, como proclamava a juventude de Paris, talvez esteja debaixo dos calçamentos, nos alicerces, debaixo da terra. Recuperar, ou seja, inventar novamente estas utopias é um desafio inevitável, urgente e necessário. E, para isso, entre outras coisas, servem as nossas Universidades. Universidades que, para encontrar e traçar seu sentido histórico, não podem fugir ao desafio de se pintarem de negro, de mulato, de índio, de operário, de camponês, de povo, como disse Che Guevara em seu célebre discurso na Universidade Central de Villas, em 28 de dezembro de 1959.

Sendo assim, nos indagamos: Córdoba, 90 anos depois, o que fica? Para além dos fundamentos de uma Universidade autônoma, co-governada, pública, gratuita e comprometida com os problemas nacionais, permanecem os ensinamentos de que a Universidade verdadeiramente universal, em que caibam todos os povos, requer a luta anticapitalista e anti-imperialista. Isso somente será possível se a educação, enquanto estratégia política for difundida na articulação da classe trabalhadora e os nichos de pensamento crítico que seguem existindo nas Universidades públicas. A união operária, camponesa, estudantil, em todos os níveis, com os trabalhadores da educação, é o novo ponto de partida a que Florestan Fernandes fez referência no momento em que se anunciava um reascenso das lutas populares.

Comemoramos os 90 anos da reforma universitária de Córdoba travando muitas trincheiras, celebrando a memória daquelas lutadoras e lutadores, tornando viva as suas obras!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso desse Trabalho de Conclusão de Curso expusemos algumas considerações e conclusões, mediante o esforço de abstração e totalização do objeto de pesquisa. Vale lembrar que o ímpeto que nos moveu à realização desse estudo resultou de um esforço crítico dialético para analisar a configuração ídeo-teórica e cultural das sociedades latino americanas, com ênfase na problematização do papel da Universidade na reprodução do paradigma cultural e sua particularidade nas sociedades periféricas.

Buscamos assim, empreender uma análise do debate da produção sociológica nos países latino-americanos e especificamente no Brasil, com a finalidade de evidenciar a construção de seu paradigma ídeo-teórico e cultural caracterizando o *colonialismo intelectual* como expressão da decadência ideológica na América Latina.

Ao longo do processo investigativo, partimos do movimento real que determina o papel da Universidade latino-americana, nos marcos do capitalismo dependente, relativamente às determinações político-econômicas processadas pelo sistema capitalista nas particularidades e dinâmica que assume na periferia do sistema de acumulação em escala mundial.

Para caracterizar a Universidade dependente inicialmente consideramos a tendência do desenvolvimento da sociologia no continente latino-americano, reivindicando uma tradição por vezes negligenciada no âmbito da academia (Ramos, 1995; Vieira Pinto, 2008; Quijano, 2005), justamente pela tendência de legitimar uma ciência que oculta e obscurece as particularidades do desenvolvimento capitalista dependente, tendo como pressuposto a adoção de esquemas que remontam as formas históricas do capitalismo central e suas expressões: política, social, ídeo-teórica e cultural.

A crítica dos autores supracitados, à adoção literal de uma tendência “importadora” do pensamento social, nos parece ainda atual, especialmente se observarmos os critérios quantitativos e de publicação que as agências de fomento à pesquisa utilizam no Brasil, nos quais publicar em revista europeia ou norte-americana pontua mais do que em uma revista nacional. Percebemos que essa lógica continua contribuindo para a reprodução do binômio “*atraso x progresso*”, desde o ponto de vista da produção científica de modo geral e teórica-sociológica de modo particular – tal qual o pensamento social crítico latino-americano formulou na década de 1960/70.

Tal percurso teórico-metodológico facultou a apreensão da realidade concreta pelo pensamento como totalidade orgânica, de modo que, nesse momento, as ideias diretrizes da

análise encontram-se enriquecidas pelo processo de reconstrução do objeto, agora iluminado pela explicitação de um conjunto de determinações estruturais e conjunturais que teórica, social e politicamente, foram sendo apreendidas na análise do real.

As análises que realizamos nesse estudo, nos permitem concluir sobre a possibilidade de construção de um paradigma cultural emancipatório nos espaços das Universidades nas sociedades latino-americanas, embora a Universidade não remeta à superação da ordem burguesa, é portadora de outras possibilidades que ultrapassam a versão do seu atual papel no âmbito da produção da coesão social e reprodução da dependência cultural. Essa construção só é possível com o protagonismo da luta do movimento estudantil e da classe trabalhadora organizada em movimentos, partidos, sindicatos e novas formas de luta – ou seja, essa luta é dos que estão “dentro” e dos que estão “fora” na disputa cotidiana por outro projeto de Universidade, como bem aprendemos com o movimento de Córdoba. Concluimos ainda que não haverá transformação do projeto hegemônico de Universidade sem o processo mais amplo de transformação social da sociedade.

Evidentemente a Universidade latino-americana expressa no nível da produção científica, ídeo-teórica e cultural as contradições do desenvolvimento capitalista dependente, particularizando a decadência ideológica na *América Morena*. Trata-se de uma instituição fundada como entidade alheia mediante projetos estrangeiros, que se fixaram para a satisfação de existência e de prosperidade das sociedades desenvolvidas, e não desde uma perspectiva libertária, radical e revolucionária, pela qual definitivamente estariam voltadas aos interesses do povo e não do capital (seja ele nacional ou estrangeiro), isto é, socialista.

Deste feito, compreendemos que a Universidade não está estagnada na forma tradicional que se cristalizou em seu surgimento, pelo contrário encontra-se em constante movimento, desse modo a principal força renovadora da Universidade latino-americana tratou-se do movimento de reforma universitária em Córdoba na Argentina, por isso reivindicamos nesse trabalho a atualidade de seu legado de luta, propondo a atualizar o debate com o apoio da descrição de duas tendências da Universidade Brasileira Contemporânea. Entendemos esse processo como central na luta por outras possibilidades, sendo assim essa experiência continua apontando o caminho: fortalecer nossas particularidades históricas e políticas para dar uma resposta às necessidades de nossas sociedades, extraído deste movimento o que ele teve de autêntico e inspirando-nos em seu ideário libertário e emancipador.

Do ponto de vista do intento político que nos moveu para a realização desse trabalho, cabe finalmente referenciar o horizonte do desejo, de que a Universidade possa, tensionada

pela luta estudantil e dos trabalhadores, ser uma trincheira importante contra o capitalismo, a dependência, a dominação externa e a humanidade como ponto de chegada. Sobre a humanidade Marini (2000), versa que “só o esforço solidário, a busca permanente de valores realmente sociais, suscetíveis de ser compartilhados por todos e a luta sem trégua contra a desigualdade e a injustiça nos permitirá finalmente alcançá-la” (MARINI, 2000, p.267). O caminho dessa transformação certamente passa por essa luta, pela práxis transformadora que trava a batalha cotidiana contra a exploração, que transfigura distintas formas de opressão em distintas formas de resistência, e cujo horizonte remete à coletivização das utopias latentes para que o novo tempo, o tempo das liberdades, possa se realizar algum dia. Porque as massas latino-americanas, esse povo condenado a mais de quinhentos anos de solidão como professa Márquez (1982), hão de ter, por fim e para sempre, uma segunda oportunidade sobre a terra.

É importante que fique claro que toda a elaboração deste trabalho se desenvolve no intuito de melhor compreender a realidade para questioná-la. As constatações aqui expressas são apenas parte de um processo formativo que não pretende estabelecer nas linhas finais um efetivo ponto final. Contudo, o que é um impulso determinante do esforço aqui empreendido é a percepção da necessidade urgente de aprofundar as reflexões contemporâneas em torno dos temas tratados no intuito de serem somadas forças para que seja possível promover o encontro entre a razão objetiva e as atrocidades da história, de maneira que se torne não apenas imprescindível, mas também alcançável a possibilidade de, pela necessidade, criar o novo, de superar a forma social capitalista com a clareza de procurar romper as barreiras que ofuscam o horizonte da emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- ANDES, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. **INFORMANDES novembro/2014**. Disponível em: <<http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-inf-2045777063.pdf>> Acesso em 18 nov. 2014.
- BERNHEIM, Carlos Tunnermann. **Historia de La Universidad en America Latina: de la epoca colonial a la reforma de Córdoba**. Caracas: IESAL/UNESCO, 1999.
- BUENO, Ana Paula. **A jovem universidade brasileira**. São Paulo: Caros Amigos, set. 2014.
- BRAVO, Maria Inês Souza. **Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas Sociais e Práticas Profissionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CARRARO, Dilceane; ROCHA, Mirella. A Solidão da Cidadania na América Latina: Estado e Direitos no Século XXI. **Argumentum**, Vitória, v. 1, n. 5, p.66-84, 10 jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/viewFile/4957/4099>>. Acesso em: 06 dez. 2014.
- COMITÊ ESTUDANTIL EM DEFESA DO HU 100% PÚBLICO/UFSC. **Jornal informativo. Primeiro semestre/2014**. Mimeo.
- CUEVA, Agustín. **Tempos Conservadores**. São Paulo: HUCITEC. 1989.
- DIETERICH, Heinz. **Novo guia para a pesquisas científica**. Blumenau: Editora da FURB, 1999.
- ESCORSIM NETTO, Leila. **O Conservadorismo clássico**. Elementos de caracterização e crítica. São Paulo: Cortez, 2011.
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.
- _____. Florestan. **Nova República?** 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.
- _____. Florestan. **Universidade Brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Editora Alfa Omega, 1975.
- _____. Florestan. **A questão da USP**. São Paulo: brasiliense, 1984.
- FREITAS NETO, José Alves de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior Unicamp**, Campinas, v. 3, p.64-72, jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/edicoes/ed03_junho2011/11.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2014.
- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 1ed. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

GONÇALVES, Scheilla Nunes. **A produção de conhecimento no capitalismo contemporâneo e a universidade na periferia**. 2012. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

GUEVARA, Ernesto (Che). **Discurso América Latina recibir el doctorado honoris causa de la Universidad Central de Villas**. 28 de dezembro de 1959. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/guevara/59-honor.htm>> Acesso em 11 nov. 2014.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1992.

JUVENTUD ARGENTINA DE CORDOBA. Manifesto de 1918: La Juventud Argentina de Cordoba a los Hombres Libres de Sud América. In: CUNEO, Dardo (Compilación, Prologo, Notas e Cronologia). **La Reforma Universitaria**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LARA, Ricardo. Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia. **Marx, Marxismo e Serviço Social**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p.91-100, 08 jan. 2013.

LEHER, Roberto. Reforma universitária de Córdoba, 90 anos: um acontecimento fundacional para a universidade latino-americanista. **Encarte Clacso Cadernos da América Latina VIII**, Buenos Aires, p.5-7, maio 2008. Disponível em: <<http://www.flacso.org.br/portal/pdf/pensamentocritico/VIIIcadernopensamentocritico.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

LEHER, Roberto. Capitalismo dependiente y Educación: propuestas para la problemática universitaria. In: LEHER, Roberto. **Por una reforma radical de las universidades latino-americanas**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 2010. Cap. 1. p. 19-93. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20120316121357/libro.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

LOWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9. ed São Paulo: Cortez, 2007

LEHER, Roberto. Reforma universitária de Córdoba, 90 anos: um acontecimento fundacional para a universidade latino-americanista. **Encarte Clacso Cadernos da América Latina VIII**, Buenos Aires, p.5-7, maio 2008. Disponível em: <<http://www.flacso.org.br/portal/pdf/pensamentocritico/VIIIcadernopensamentocritico.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2014.

MARINI, Ruy Mauro; SPELLER, Paulo. **A Universidade Brasileira**. Revista de Educación Superior, nº22, México, Abril-Junho, 1977.

MARINI, Ruy Mauro. América Latina: Dependência e Integração. 1 ed. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda, 1992.

_____. Origem e trajetória da sociologia latino-americana. In: **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000, p. 255 – 268.

_____. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **La soledad de América Latina**. Discurso de aceptación de premio nobel de literatura. 1982.

MARX, Karl. Para a crítica da economia política. In: _____. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; o Rendimento e suas fontes: A economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 135-185.

MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

NETTO, José Paulo. Teoria método e história na formação profissional. In: **Caderno ABESS n.1 [O Processo da Formação Profissional do Assistente Social]**. São Paulo: Cortez, 1986.

OSÓRIO, Jaime. Dependência e Superexploração. In: SADER, Emir; DOS SANTOS, Theotonio [Coord]. **América Latina e os desafios da globalização**. São Paulo: Boitempo, 2009.

OURIQUES, Nildo; TAVARES, Elaine (Orgs). **O mapa da crise: a reinvenção das ciências sociais na América Latina**. Florianópolis: Editora Insular, 2009.

PORTAL EBC (Agência Brasil). **CAPES defende contratação de professores por Organizações Sociais**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2014/09/capes-defende-contratacao-de-professores-por-organizacoes-sociais>> Acesso em 01 dez. 2014.

PRADO, Fernando Corrêa. História de um não-debate: a trajetória da Teoria Marxista da Dependência no Brasil. **Comunicação & Política**, v. 29, n. 2, p. 68-94. Disponível em: <<http://www.cebela.org.br/site/baCMS/files/14431ART2%20Fernando%20Correa%20Prado.pdf>> Acesso em 15 dez. 2014.

QUEIROZ, Pablo Polese. 1968 à luz da decadência ideológica. **VI SEMINÁRIO DO TRABALHO: Trabalho, Economia e Educação no Século XXI**. UNESP/Marília, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/pablopolesedequeiroz.pdf>> Acesso em 15 dez. 2014.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, Argentina, 2005. pp.227-278. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>> Acesso em 21 set. 2014.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

REDAÇÃO CARTA MAIOR. **Pepe Mujica "Nós socialistas temos que formar a nossa gente"**. 2014. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Educacao/Pepe-Mujica-Nos-socialistas-temos-que-formar-nossa-gente-/13/29415>>. Acesso em: 21 nov. 2014

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

_____. **O processo civilizatório**. Etapas da evolução sociocultural. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

ROCHA, Mirella Farias. **Participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina: Estudo Comparativo entre Brasil e Venezuela**. 2009. 249 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Serviço Social, Departamento de Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Josiane. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e as novas configurações do Estado e da sociedade civil. In:CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS. 2009, p. 87-106.

TRAGTENBERG, Mauricio. **Sobre educação, política e sindicalismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (Orgs). Introdução. In: _____. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005, p. 17-52.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. **André Gunder Frank**: O enguiço das ciências sociais. Florianópolis: Insular, 2014.

VIEIRA PINTO, Álvaro. **Ciência e Existência**: Problemas filosóficos da pesquisa científica. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Álvaro. **A questão da Universidade**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

_____. Álvaro. **A sociologia dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

ANEXO

Anexo A: Argentina, 1918 “*La Juventude Argentina de Córdoba a los Hombres Libres de Sudamérica*”

Hombres de una República libre, acabamos de romper la última cadena que, en pleno siglo XX, nos ataba a la antigua dominación monárquica y monástica. Hemos resuelto llamar a todas las cosas por el nombre que tienen. Córdoba se redime. Desde hoy contamos para el país una vergüenza menos y una libertad más. Los dolores que quedan son las libertades que faltan. Creemos no equivocarnos, las resonancias del corazón nos lo advierten: estamos pisando sobre una revolución, estamos viviendo una hora americana.

La rebeldía estalla ahora en Córdoba y es violenta porque aquí los tiranos se habían ensoberbecido y era necesario borrar para siempre el recuerdo de los contrarrevolucionarios de Mayo. Las universidades han sido hasta aquí el refugio secular de los mediocres, la renta de los ignorantes, la hospitalización segura de los inválidos y - lo que es peor aún- el lugar en donde todas las formas de tiranizar y de insensibilizar hallaron la cátedra que las dictara. Las universidades han llegado a ser así fiel reflejo de estas sociedades decadentes que se empeñan en ofrecer el triste espectáculo de una inmovilidad senil. Por eso es que la ciencia frente a estas casas mudas y cerradas, pasa silenciosa o entra mutilada y grotesca al servicio burocrático. Cuando en un raptó fugaz abre sus puertas a los altos espíritus es para arrepentirse luego y hacerles imposible la vida en su recinto. Por eso es que, dentro de semejante régimen, las fuerzas naturales llevan a mediocrizar la enseñanza y el ensanchamiento vital de los organismos universitarios no es el fruto del desarrollo orgánico, sino el aliento de la periodicidad revolucionaria.

Nuestro régimen universitario – aun el más reciente- es anacrónico. Está fundado sobre una especie de derecho divino; el derecho divino del profesorado universitario. Se crea a sí mismo. En él nace y en él muere. Mantiene un alejamiento olímpico. La Federación Universitaria de Córdoba se alza para luchar contra este régimen y entiende que en ello le va la vida. Reclama un gobierno estrictamente democrático y sostiene que el demos universitario, la soberanía, el derecho a darse el gobierno propio radica principalmente en los estudiantes. El concepto de autoridad que corresponde y acompaña a un director o un maestro

en un hogar de estudiantes universitarios no puede apoyarse en la fuerza de disciplinas extrañas a la sustancia misma de los estudios. La autoridad, en un hogar de estudiantes, no se ejercita mandando, sino sugiriendo y amando: enseñando.

Si no existe una vinculación espiritual entre el que enseña y el que aprende, toda enseñanza es hostil y por consiguiente infecunda. Toda la educación es una larga obra de amor a los que aprenden. Fundar la garantía de una paz fecunda en el artículo conminatorio de un reglamento o de un estatuto es, en todo caso, amparar un régimen cuartelario, pero no una labor de ciencia. Mantener la actual relación de gobernantes a gobernados es agitar el fermento de futuros trastornos. Las almas de los jóvenes deben ser movidas por fuerzas espirituales. Los gastados resortes de la autoridad que emana de la fuerza no se avienen con lo que reclaman el sentimiento y el concepto moderno de las universidades. El chasquido del látigo sólo puede rubricar el silencio de los inconscientes o de los cobardes. La única actitud silenciosa, que cabe en un instituto de ciencia es la del que escucha una verdad o la del que experimenta para crearla o comprobarla.

Por eso queremos arrancar de raíz en el organismo universitario el arcaico y bárbaro concepto de autoridad que en estas casas de estudio es un baluarte de absurda tiranía y sólo sirve para proteger criminalmente la falsa dignidad y la falsa competencia. Ahora advertimos que la reciente reforma, sinceramente liberal, aportada a la Universidad de Córdoba por el doctor José Nicolás Matienzo, sólo ha venido a probar que el mal era más afligente de lo que imaginábamos y que los antiguos privilegios disimulaban un estado de avanzada descomposición. La reforma Matienzo no ha inaugurado una democracia universitaria; ha sancionado el predominio de una casta de profesores. Los intereses creados en torno de los mediocres han encontrado en ella un inesperado apoyo. Se nos acusa de insurrectos en nombre de un orden que no discutimos, pero que nada tiene que hacer con nosotros. Si ello es así, si en nombre del orden se nos quiere seguir burlando y embruteciendo, proclamamos bien alto el derecho sagrado a la insurrección. Entonces, la única puerta que nos queda abierta a la esperanza es el destino heroico de la juventud. El sacrificio es nuestro mejor estímulo; la redención espiritual de las juventudes americanas nuestra única recompensa, pues sabemos que nuestras verdades lo son y dolorosas- de todo el continente. ¿Qué en nuestro país una ley – se dice -, la ley de Avellaneda, se opone a nuestros anhelos?. Pues a reformar la ley, que nuestra salud moral lo está exigiendo.

La juventud vive siempre en trance de heroísmo. Es desinteresada, es pura. No ha tenido tiempo aún de contaminarse. No se equivoca nunca en la elección de sus propios maestros. Ante los jóvenes no se hace mérito adulando o comprando. Hay que dejar que ellos mismos elijan sus maestros y directores, seguros de que el acierto ha de coronar sus determinaciones. En adelante, sólo podrán ser maestros en la futura república universitaria los verdaderos constructores de almas, los creadores de verdad, de belleza y de bien.

La juventud universitaria de Córdoba cree que ha llegado la hora de plantear este grave problema a la consideración del país y de sus hombres representativos.

Los sucesos acaecidos recientemente en la Universidad de Córdoba, con motivo de la elección rectoral, aclaran singularmente nuestra razón en la manera de apreciar el conflicto universitario. La Federación Universitaria de Córdoba cree que debe hacer conocer al país y a América las circunstancias de orden moral y jurídico que invalidan el acto electoral verificado el 15 de junio. Al confesar los ideales y principios que mueven a la juventud en esta hora única de su vida, quiere referir los aspectos locales del conflicto y levantar bien alta la llama que está quemando el viejo reducto de la opresión clerical. En la Universidad Nacional de Córdoba y en esta ciudad no se han presenciado desórdenes; se ha contemplado y se contempla el nacimiento de una verdadera revolución que ha de agrupar tan pronto bajo su bandera a todos los hombres libres del continente. Referiremos los sucesos para que se vea cuánta razón nos asistía y cuánta vergüenza nos sacó a la cara la cobardía y la perfidia de los reaccionarios. Los actos de violencia de los cuales nos responsabilizamos íntegramente, se cumplían como el ejercicio de puras ideas. Volteamos lo que representaba un alzamiento anacrónico y lo hicimos para poder levantar siquiera el corazón sobre esas ruinas. Aquellos representan también la medida de nuestra indignación en presencia de la miseria moral, de la simulación y del engaño artero que pretendía filtrarse con las apariencias de la legalidad. El sentido moral estaba oscurecido en las clases dirigentes por un fariseísmo tradicional y por una pavorosa indigencia de ideales.

El espectáculo que ofrecía la asamblea universitaria era repugnante. Grupos de amoraes deseosos de captarse la buena voluntad del futuro rector exploraban los contornos en el primer escrutinio, para inclinarse luego al bando que parecía asegurarse el triunfo, sin recordar la adhesión públicamente empeñada, el compromiso de honor contraído por los intereses de la Universidad. Otros –los más- en nombre del sentimiento religioso y bajo la advocación de la

Compañía de Jesús, exhortaban a la traición y al pronunciamiento subalterno. (¡Curiosa religión la que enseña a menospreciar el honor y deprimir la personalidad!. ¡Religión para vencidos o para esclavos!). Se había obtenido una reforma liberal mediante el sacrificio heroico de una juventud. Se creía haber conquistado una garantía y de la garantía se apoderaban los únicos enemigos de la reforma. En la sombra los jesuitas habían preparado el triunfo de una profunda inmoralidad. Consentirla habría comportado otra traición. A la burla respondimos con la revolución. La mayoría expresaba la suma de la represión, de la ignorancia y del vicio. Entonces dimos la única lección que cumplía y espantamos para siempre la amenaza del dominio clerical.

La sanción moral es nuestra. El derecho también. Aquellos pudieron obtener la sanción jurídica, empotrarse en la ley. No se lo permitimos. Antes que la iniquidad fuera un acto jurídico, irrevocable y completo, nos apoderamos del salón de actos y arrojamos a la canalla, sólo entonces amedrentada, a la vera de los claustros. Que esto es cierto, lo patentiza el hecho de haber, a continuación, sesionado en el propio salón de actos la Federación Universitaria y de haber firmado mil estudiantes sobre el mismo pupitre rectoral, la declaración de huelga indefinida.

En efecto, los estatutos reformados disponen que la elección del rector terminará en una sola sesión, proclamándose inmediatamente el resultado, previa lectura de cada una de las boletas y aprobación del acta respectiva. Afirmamos, sin temor de ser rectificadas, que las boletas no fueron leídas, que el acta no fue aprobada, que el rector no fue proclamado y que, por consiguiente, para la ley, aún no existe rector de esta Universidad.

La juventud universitaria de Córdoba afirma que jamás hizo cuestión de nombre ni de empleos. Se levantó contra un régimen administrativo, contra un método docente, contra un concepto de autoridad. Las funciones públicas se ejercitaban en beneficio de determinadas camarillas. No se reformaban ni planes ni reglamentos por temor de que alguien en los cambios pudiera perder su empleo. La consigna de hoy para ti, mañana para mí, corría de boca en boca y asumía la preeminencia de estatuto universitario. Los métodos docentes estaban viciados de un estrecho dogmatismo, contribuyendo a mantener a la universidad apartada de la ciencia y de las disciplinas modernas. Las lecciones, encerradas en la repetición interminable de viejos textos, amparaban el espíritu de rutina y de sumisión. Los cuerpos universitarios, celosos guardianes de los dogmas, trataban de mantener en clausura a la

juventud, creyendo que la conspiración del silencio puede ser ejercitada en contra de la ciencia. Fue entonces cuando la oscura universidad mediterránea cerró sus puertas a Ferri, a Ferrero, a Palacios y a otros, ante el temor de que fuera perturbada su plácida ignorancia. Hicimos entonces una santa revolución y el régimen cayó a nuestros golpes.

Creímos honradamente que nuestro esfuerzo había creado algo nuevo, que por lo menos la elevación de nuestros ideales merecía algún respeto. Asombrados contemplamos entonces como se coligaban para arrebatar nuestra conquista los más crudos reaccionarios.

No podemos dejar librada nuestra suerte a la tiranía de una secta religiosa, ni al juego de intereses egoístas. A ellos se nos quiere sacrificar. El que se titula rector de la Universidad de San Carlos ha dicho su primera palabra: Prefiero antes de renunciar que quede el tendal de cadáveres de los estudiantes. Palabras llenas de piedad y de amor, de respeto reverencioso a la disciplina; palabras dignas del jefe de una casa de altos estudios. No invoca ideales ni propósitos de acción cultural. Se siente custodiado por la fuerza y se alza soberbio y amenazador. ¡Armoniosa lección que acaba de dar a la juventud el primer ciudadano de una democracia universitaria!. Recojamos la lección, compañeros de toda América; acaso tenga el sentido de un presagio glorioso, la virtud de un llamamiento a la lucha suprema por la libertad; ella nos muestra el verdadero carácter de la autoridad universitaria, tiránica y obcecada, que ve en cada petición un agravio y en cada pensamiento una semilla de rebelión.

La juventud ya no pide. Exige que se le reconozca el derecho a exteriorizar ese pensamiento propio en los cuerpos universitarios por medio de sus representantes. Está cansada de soportar a los tiranos. Si ha sido capaz de realizar una revolución en las conciencias, no puede desconocerle la capacidad de intervenir en el gobierno de su propia casa.

La juventud universitaria de Córdoba, por intermedio de su federación, saluda a los compañeros de la América toda y les incita a colaborar en la obra de libertad que inicia.

Referência do documento:

JUVENTUD ARGENTINA DE CORDOBA. Manifiesto de 1918: La Juventud Argentina de Cordoba a los Hombres Libres de Sud América. In: CUNEO, Dardo (Compilación, Prologo, Notas e Cronologia). **La Reforma Universitaria**. Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978.